

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU	
N.º	1126
Data	26/02/97

O AVESSE E O DIREITO DE UMA LUTA POR EMANCIPAÇÃO -

MOVIMENTOS FEMININOS EM UBERLÂNDIA: 1970-1990

Monografia desenvolvida sob a orientação do professor Antônio de Almeida do Curso de História do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, visando cumprir os créditos da Disciplina Brasil VII.

CLÁUDIA COSTA GUERRA

*Nota de Estudos de Gênero -
Debate sobre a Mulher
NEGUEMI/UFU*

SETEMBRO/1992

877-

S.8
(77).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES

O AVESSE E O DIREITO DE UMA LUTA POR EMANCIPAÇÃO -
MOVIMENTOS FEMININOS EM UBERLÂNDIA: 1970-1990

CLÁUDIA COSTA GUERRA

OUTUBRO /1992

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para a elaboração e o desenvolvimento deste trabalho já que ele é a soma das pesquisas e contatos por nós efetivados.

À dona **Olívia Calábria**, militante do Partido Comunista Brasileiro(PCB), atual Partido Popular Socialista(PPS), senhora muito simpática e prestativa que nos auxiliou bastante no histórico sobre os movimentos femininos em Uberlândia a partir da década de 20, principalmente nas décadas de 40 e 50.

À **Nilza Alves** vereadora em Uberlândia pelo Partido Popular Socialista(PPS), mulher de fibra, atuante na Câmara, defendendo, dentre outras questões, os direitos da mulher. Participante junto aos movimentos de mulheres, contribuindo, com sua vasta experiência, nos debates e reflexões acerca do tema em busca de soluções para as mais variadas problemáticas femininas. Agradecemos pelo fornecimento da documentação sobre a Associação de Mulheres e também à sua assessora **Soraia Mohamed** pela paciência no fornecimento de informações necessárias a este trabalho.

À **Gercina Santana Novais** e à **Lúcia Helena de Paula Menezes**, militantes do Partido dos Trabalhadores(PT) em Uberlândia, sendo mulheres bastante corajosas por colocarem com segurança e determinação a problemática da mulher dentro de um espaço essencialmente masculino que, apesar de declarado progressista, é contraditoriamente permeado por preconceitos e desigualdades. Agradecemos pelo auxílio nas reflexões acerca das relações entre Partido e mulheres e também pelos textos sobre o assunto a nós fornecidos.

À **Gláucia de Fátima Matos**, uberlandense que trabalha hoje como militante do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, principalmente na Comissão Estadual das Mulheres do PT, sendo atuante no Sempre Viva Organização e Formação(SOF), entidade feminista de São Paulo e nos movimentos de mulheres também de São Paulo. Agradecemos as entrevistas que nos possibilitaram verificar a condição feminina também a nível nacional, além da visualização das relações mulher/Partido dos Trabalhadores/Sindicatos/Delegacia de Mulheres.

À **Valdenice Maria dos Santos "Deise"** do Grupo de Mulheres do Movimento União e Consciência Negra e do Movimento Autônomo de Mulheres, agradecemos pelas informações dadas.

À dona **Aureolina C. Rodrigues**, participante do Clube de Mães do Bairro Segismundo Pereira, pela entrevista tão significativa ao nosso trabalho.

À Ana Angélica Oliveira, assistente social do Programa Nacional de voluntariados (PRONAV) pelas informações sobre a maioria dos Clubes de Mães de Uberlândia.

À Ecimar C. Cunha Soares, trabalhadora doméstica, mãe e esposa sofrida que, através de sua entrevista, forneceu-nos dados importantes para a compreensão do cotidiano da mulher trabalhadora pobre.

Às maravilhosas mulheres que participaram do XI Encontro Nacional Feminista, realizado em Caldas Novas-GO., em setembro de 1991, pois com o relato de suas experiências de vida nos despertamos para questões até então obscuras sobre as mulheres. Em particular, às palestrantes e coordenadoras de oficinas: Rose Marie Muraro e Eleonora Menicucci com "Feminismo nos Anos 90"; Beth Bittencourt com "Será o Amor uma Mentira?" e "Tramóias e Malabarismos do Amor do Cotidiano"; Marisa Fernandes com "Preferências Sexuais"; Didice Delgado com "Feminismo e Sindicalismo"; Almira Rodrigues com "Histórias de Amor" e às mulheres da Cia. Teatral Feminista Maria Vai com as Outras que com a peça "Mãtria", bem humorada e, ao mesmo tempo, trágica nos tocaram fundo.

À Maria de Fátima Lucena, militante do PT, feminista, ex-presidente e atual diretora do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Uberlândia, por nos aclarar a relação entre mulher/partido político e sindicato, além do papo gostoso a nós propiciado.

À Elizamar Fernandes Prado da Costa, a "Liza Prado", militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), repórter fotográfico do Jornal O Triângulo, filiada ao Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais e única mulher a ser eleita em 1992 à Câmara dos Vereadores de Uberlândia. Agradecemos a entrevista bastante elucidativa, onde pudemos observar a inserção do partido político nas questões femininas.

À Lara C. Dias, trabalhadora do lar, mãe, esposa e mulher que sofre no seu dia-a-dia as imposições de uma sociedade patriarcal. Agradecemos sua disposição em expor as dificuldades enfrentadas pelo fato de ser mulher.

À Marta Panunzio, Niza Luz, Lúcia Muniz, Júlia Marquez, Elaine Guimarães de Oliveira, Rosemary Guimarães Rodrigues, Maria Inês V. Gonçalves, Lara Helena Magalhães e outras que porventura não tenha mencionado, pelo debate que travaram na Rádio universitária da Universidade Federal de Uberlândia sobre a mulher. Suas concepções, colocações e mensagens nos fizeram refletir sobre uma série de questões importantes relativas ao nosso tema.

Muito do Estado do Ceará
Deputado sobre a Mulher
NEGUÉM/UFU

À **Soledad Requenha de Spyer**, peruana que com muitas dificuldades tentou realizar um trabalho junto às mulheres na Seção de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Agradecemos a documentação e informações fornecidas.

À **Adriana Couto Ladeira**, delegada da Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher de Uberlândia. Somos gratas pelo fornecimento de dados estatísticos sobre as ocorrências de crimes contra a mulher e a possibilidade de verificação de alguns inquéritos e processos.

Aos membros do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia (NEGUEM/UFU). Especialmente à **Jane de Fátima Rodrigues** e **Vera Lúcia Puga de Sousa** pelo apoio a nossa pesquisa e aos outros colegas **Carmem Lúcia Figueira Balbino**, **Maria das Graças Reis Nascimento**, **Clêrcia Floresta**, **Aldo Luís Bellagamba Colesanti**, **Karla Adriana Martins Bessa** e **Dulcina T. B. Borges** que juntamente conosco promoveram discussões teóricas essenciais ao nosso amadurecimento intelectual, assim como projetos de extensão à comunidade tão importantes ao atendimento de um compromisso social.

Em especial, ao nosso orientador **Antônio de Almeida** pela paciência e cobrança tão necessárias para que o cotidiano de estudante e pesquisadora muitas vezes não interferisse no desenvolvimento e finalização das tarefas exigidas para o cumprimento deste trabalho. Agradecemos pelos "toques" significativos ao aperfeiçoamento constante e sem fim do processo da nossa construção teórica, opções metodológicas e de relações pesquisador/objeto. Somos felizes por saber que para além da relação profissional orientador/orientanda, estabeleceu-se uma amizade importante na criação de um clima saudável e democrático de discussões.

Ao **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)** pelo incentivo e financiamento a esta pesquisa.

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a estas pessoas tão especiais:

À *Virgilina Ana de Oliveira* (bisavô) - in memoriam -, *Alvaimira Gondin Costa* (avô), *Maria Lúcia Costa* (mãe), *Maria Delourdes Costa* (tia), *Maria José Costa* (tia), mulheres de grande sensibilidade, fortes e de muita fibra que, sem o auxílio das figuras paternas, criaram com muitas dificuldades, mas maravilhosamente e com muito amor seus filhos. Orgulhamo-nos de vocês por terem dado "conta do recado". À minha mãe, carinho especial por ter-nos criado num clima de possibilidades de luta, de questionamentos e de crítica da realidade a que a mulher se vê, muitas vezes, submetida.

Ao *Salvador Fragoła Neto*, amigo diário das horas de trabalho, de tristezas e alegrias, de silêncios e festas, de raivas e conflitos internos.

Ao *Alexandre Mugnatto Pacheco* pelo apoio afetivo e diálogo saudável e construtivo que contribuem muito ao nosso bom estruturamento, auxiliando-nos a criar condições para estarmos constantemente nos "levantando" dos "tombos" dados pela vida. Ao seu lado há sempre a esperança de dias melhores.

Às mulheres que vêm historicamente sofrendo a opressão de uma sociedade patriarcal e autoritária como a nossa. Não se deixem silenciar. Nossa arma é nossa força e nossa luta por um mundo melhor e mais justo para todos. Essa luta começa dentro de nós e se estende para o nosso lar, com nossos parentes e fora dele com nossos amigos, amantes e em nossos locais de trabalho, enfim permeia todas as nossas relações sociais.

Í N D I C E

INTTODUÇÃO	5
------------------	---

C A P Í T U L O I

- OS MOVIMENTOS FEMININOS EM UBERLÂNDIA E SUAS ENTIDADES "REPRESENTATIVAS"	21
. ORGANIZAÇÃO FEMININA DE UBERLÂNDIA	21
. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE UBERLÂNDIA	27
. SEÇÃO DE APOIO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	30
. CLUBES DE MÃES	34
. GRUPO DE MULHERES DO MOVIMENTO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA	37
. NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO E PESQUISA SOBRE A MULHER .	39
. MOVIMENTOS FEMININOS AUTÔNOMOS	42

C A P Í T U L O II

- A MULHERE NA LUTA DOS TRABALHADORES	44
---	----

C A P Í T U L O III

- O COTIDIANO DA MULHER TRABALHADORA	66
. AS VÁRIAS FACES DE UMA MESMA DOMINAÇÃO	66
. DELEGACIA DE MULHERES: AVANÇOS E RETROCESSOS	90

CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
----------------------------	----

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO E FONTES DE PESQUISA	103
--	-----

INTRODUÇÃO

"Seu dotô/Um minutinho de sua atenção/Vô lhe pedir um favô /
Ispia minha situação:/Me levanto as cinco da matina/Faço o
grupe dos minino.../Boto a roupa de moio na tina.../ Enquanto
isso, 'ele' tã drumindo./As seis acordo 'ele'./'Ele' levanta,
escova os dentes,/A marmita já tã pronta./E nóis sai junto pro
batente./Eu trabaio prās madame, seu dotô./É leско-leско o
dia inteiro/Prā chegā no fim do mês/tē mais um pouco de di-
nheiro./Quando ē noite, seu dotô,/Dā vontade de morrê,/ Tama-
nho ē o horrô.../É jantā prā fazê,/É roupa prā tirā da tina,/
É criança prā dā banho,/E enquanto eu me arranho/'ele' toma um
trago na isquina./'Ele' chega, janta tã pronta./Senta, come,
elogia o feijão./Levanta e vai prā sala/Assistī televisão./ É
eu, vô lavā loça, passā roupa,/E num ē sō isso não./Quando eu
consigo ir pro quarto,/Cansada, instrupiada,/'ele' ispriguica
na cama,/Me chama de minha amada,/Diz que me ama/E que que
pruziā./Pruzeio daqui, etc dali,/Quando dō por fê,/tã na hora
de levantā./Dotô, assim num dā.../O que eu quero pedi pro si-
nhô/É fácil de se fazê./Vota uma lei aī, dotô/Pros home reco-
nhecê/Que num tã certo esse negócio/Nóis, muiē, trabaia do-
brado/Enquanto eles fica forgado./Tem que sē meio a meio,/Tu-
do bem repartido./Com isso dotô, eu creio,/Que os prozeio e
os etc/Vai fica atē mais divertido/Pensa nisso, seu dotô./ O
sinhô vai me dā razão./Eu lhe peço, por favô,/Conserte essa
situação,/Pruquê assim, do jeito que tã,/Num dā pē não."

*[Poesia Mulher/Protesto de Antônia J. dos Santos - folheto dis-
tribuído dia 08/03/1991 em comemoração ao Dia Internacional da
Mulher]*

Entendendo a mulher enquanto sujeito histórico que possui papel decisivo na luta pela transformação social, a preocupação central deste trabalho é recuperar, de forma crítica e dialética, a presença desta mulher num contexto geral, e em Uberlândia especialmente, a partir do decênio de 70 até os dias atuais. Para tanto, priorizamos, sem descartar outros espaços de luta, os movimentos femininos, através dos quais tentaremos analisar e discutir as variadas formas de ações desenvolvidas pelas mulheres frente a discriminação e dominação a que estão submetidas.

Constatadamente, a mulher figura como parte silenciosa naquilo que tem sido preservado da memória social, ausente dos manuais escolares e dos registros históricos. Mui-

tas vezes tida como uma figura secundária nas representações sociais, ela não tem merecido espaço nos registros dos "grandes feitos", normalmente entendidos como próprios aos "condutores" da história política. Devido a este e tantos outros fatores que excluem e calam a mulher na história é que, neste trabalho, uma das preocupações centrais é recuperar a presença da figura feminina no contexto histórico geral, e em Uberlândia particularmente a partir de sua própria experiência, condição e de suas lutas, as quais têm sido negligenciadas por grande parte dos pesquisadores da área.

Objetivamos, neste trabalho, analisar as variadas formas de ação desenvolvidas pelas mulheres uberlandenses contra a dominação em busca de sua emancipação, identificando como esta mulher faz o aprendizado de sua condição, como a sente e em que universo se acha encerrada.

Desejamos a todo momento perceber o caráter das lutas e reivindicações dos movimentos femininos na cidade, assim como, se há, neste processo, uma contribuição para a conscientização das mulheres. Observamos, nesse ínterim, se existe sintonia entre esses movimentos e suas lideranças e as aspirações presentes nas práticas femininas.

Entendendo que Uberlândia está inserida num contexto maior, tentamos analisar as relações existentes entre os movimentos femininos locais e os do resto do país.

Tentamos, também, analisar até que ponto os partidos progressistas - comprometidos com a transformação social - e os movimentos sindicais e populares em Uberlândia assumem a emancipação feminina e qual o grau de importância dado à ques-

tão. Além disso, verificamos de que modo há uma vinculação entre os movimentos e partidos e/ou instituições e o que isso significa para os próprios movimentos de mulheres locais.

Nossa opção teórico-metodológica não permite a adoção de determinados modelos de investigação que reduzem as variadas lutas das mulheres em busca de sua emancipação a linearidades, harmonias ou coerências absolutas. Pelo contrário, partimos do suposto de que as contradições presentes nos movimentos têm contribuído para a constituição de traços, muitas vezes simultâneos, de "conformismo e resistência"*. Nesse sentido, evitamos o caminho fácil das certezas absolutizadas aprioristicamente concebidas, mas que pouco contribuem para a compreensão da realidade e aceitamos o desafio de pensar nosso objeto a partir do processo dialético em que está inserido e assim construímos a todo momento um saber vivo.

No que tange às nossas fontes escritas, tentando ultrapassar sua intencionalidade imediata, fazendo uma análise (mais superficial ou profunda conforme a quantidade/qualidade e acesso à documentação encontrada sobre o tema) dos documentos produzidos pela "Organização Feminina de Uberlândia", "Associação de Mulheres", "Seção de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher" da Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), "Clubes de Mães", "Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher", "Grupo de Mulheres do Movimento União e Consciência Negra", "Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia" (NEGUEM/UFU) e "Movimento Feminino Autônomo", assim como a documentação produzida por diversos

* Terminologia utilizada pela filósofa e escritora:

CHAUÍ, Marilena. CONFORMISMO E RESISTÊNCIA - Aspectos da Cultura Popular no Brasil. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

movimentos partidários (PT, PPS e PC do B), sindicais (principalmente o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Uberlândia) e populares da cidade.

Quanto às fontes orais, realizamos entrevistas com pessoas ligadas às entidades, instituições e movimentos já citados. Para um melhor contraponto, ao nível do discurso, não entrevistamos somente personagens femininas e ligadas a movimentos coletivos e organizados, mas também mulheres e homens desvinculados desses movimentos.

A técnica utilizada para as entrevistas foi a do gravador, sob a orientação de um roteiro previamente elaborado. Partimos do suposto que não há neutralidade em nenhuma técnica de pesquisa. Assim, a relação entre entrevistador/entrevistado está sempre pautada por uma interação mútua.

Cidade centenária - 104 anos - do Triângulo Mineiro, contando com aproximadamente 400 mil habitantes, Uberlândia tem hoje posição destacada no contexto nacional, principalmente no que diz respeito à pujança de sua economia.

Com uma história marcada, na ótica do discurso oficial, pelo "progresso" e pela "ordem", ela tem-se tornado um crescente pólo aglutinador, tanto para empresários investidores, quanto para aqueles que embalados no sonho de encontrar o "eldorado" acalentam a esperança de realizar, na prática, as promessas do discurso oficial.

No entanto, por detrás da máscara da cidade progressista e harmoniosa esconde-se uma profunda desigualdade social, alicerçada numa mentalidade conservadora, machista, retrógrada e provinciana, que não acompanha o dito progresso material e tecnológico da cidade. Assim, convivem, lado a lado,

as favelas, os bairros periféricos, desprovidos de infraestrutura, e obras "faraônicas" como o suntuoso Estádio Parque do Sabiá, situado entre os maiores do Brasil, em desproporcional utilidade com relação ao número populacional da cidade; assim como, um parque industrial desenvolvido, contando com indústrias tal como a Souza Cruz, uma das maiores da América Latina.

É nesse cenário urbano que trabalhamos as formas de atuação desenvolvidas pelas mulheres na busca de sua libertação e contra a dominação exercida sobre elas nos mais diversos níveis e campos do social.

Ao empregarmos as palavras "mulher" ou "feminino" não nos restringimos a nenhum arquétipo ou essência imutável. Não se trata, aqui, de enunciar verdades eternas, mas de descrever o fundo comum sobre o qual se desenvolve a existência feminina singular.

Ao elegermos este objeto de estudo não estamos, como querem alguns, desviando nossas atenções das chamadas questões centrais ou prioritárias para a "periferia" da história. Acreditamos, como enfatiza FOUCAULT, que o poder não está localizado exclusivamente no aparelho de Estado, portanto, *"nada mudará a sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados."*¹

Não por coincidência, os movimentos femininos reaparecem num momento histórico, em que outros movimentos de libertação denunciam a existência de formas de opressão que não

1. FOUCAULT, Michel. MICROFÍSICA DO PODER. (Org. e Trad. de Roberto Machado). 8 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989.

se limitam às relações meramente econômicas. A exemplo das mulheres, também os negros, minorias étnicas, homossexuais e inúmeros movimentos populares, rompendo como o silêncio, quebrando o isolamento, organizam-se em torno de suas especificidades e se completam na busca da superação das desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, os movimentos sociais, especialmente os femininos, têm ampliado o campo do político, alargando a compreensão da realidade social para além do estritamente econômico, revelando a existência de outras formas de exercício do poder. Tais movimentos trazem o "individual" para o campo do político, tornando-o "coletivo", demonstrando que o ser social não se esgota na experiência de sua classe. Não é apenas por relações sociais de produção que o indivíduo está impregnado, mas também por relações de gênero, raça, instâncias estas que também se concretizam numa distribuição desigual do poder.

A luta pela emancipação feminina, portanto, não deve ser vista como particularizada, "coisa de mulheres", mas sim como ação deliberada contra as práticas de dominação e inserida numa luta maior pela transformação da sociedade.

A mulher se constrói, identificando-se a partir das lutas/resistências, derrotas/sujeições que compõem a sua História, e se coloca num movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de recriação. Entender isso é fundamental para o pesquisador que esteja comprometido com o "real", pois sacrificar, por questões ideológicas ou mesmo por rotina, o estudo de uma realidade multiforme, complexa e rica, é o mesmo que sacrificar o essencial dos movimentos fe-

mininos, o conhecimento de suas experiências duramente adquiridas.

Nesse sentido, o estudo de EDER SADER nos mostra que a institucionalização da prática política, marcada por manipulação, tem como contrapartida a determinação dos movimentos sociais de se tornarem "sujeitos de sua própria história", tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência e, em consequência, acabam alargando a própria noção de política, pois politizam múltiplas esferas do seu cotidiano.²

Buscando responder a indagações aqui levantadas e atingir os objetivos a que nos propomos, subdividimos o nosso trabalho em três capítulos fundamentais.

Num primeiro momento, discorreremos sobre "**Os Movimentos Femininos em Uberlândia e suas Entidades 'Representativas'**", onde tecemos uma análise crítica dos mais diversos movimentos que "representam" ou desenvolvem trabalhos junto às mulheres menos privilegiadas em Uberlândia. Em seguida, discorreremos sobre "**A Mulher na Luta dos Trabalhadores**", verificando o caráter da relação entre a mulher e os movimentos partidários, sindicais e populares considerados progressistas. Finalizamos nosso trabalho com "**O Cotidiano da Mulher Trabalhadora**", marcado pela opressão doméstica, profissional, sexual, jurídica e inexistência de assistência adequada e informações suficientes para sua saúde. É ainda dentro desse capítulo que procuramos compreender qual o papel que a Delegacia de Mulheres de Uberlândia tem desempenhado frente a toda a violência so-

2. SADER, Eder. QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRARAM EM CENA. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.329.

frida pelas mulheres.

A certeza que nos envolve é a de que se a dominação permeia o conjunto da vida social, a resistência está aí igualmente presente, não apenas de forma organizada, mas também sob formas "surdas" e implícitas.

* * *

A participação no XI Encontro Nacional Feminista* deu-nos a possibilidade de, em contato com mulheres de vários locais do país, traçar um perfil acerca da história dos movimentos femininos no Brasil. Em especial através das análises de ROSE MARIE MURARO³ e ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA⁴ em suas palestras proferidas.

Os anos 60 marcam uma revolução ao nível de mentalidade na Europa e no Terceiro Mundo. No Brasil, a ditadura tenta impedir a penetração das mudanças ocorridas externamente.

Nesse sentido, apesar da sociedade brasileira levantar os problemas relativos às mulheres, aos negros e haver uma contestação geral do sistema, principalmente pela classe média, propondo comportamentos alternativos, até a década de 70 os movimentos femininos são fracos, ao contrário do que ocorre nos países do Primeiro Mundo onde os movimentos de mulheres possuem força significativa.

* XI Encontro Nacional Feminista, realizado do dia 12 a 15 de setembro de 1991, em Caldas Novas-GO.

3. ROSE MARIE MURARO é membro do Fórum Feminista do Rio de Janeiro, formada em Física e escritora de várias obras sobre a mulher, dentre elas:

. MURARO, Rose Marie. LIBERTAÇÃO SEXUAL DA MULHER NO BRASIL. 1983

. _____. A MULHER NA CONSTRUÇÃO DO MUNDO FUTURO. 1986.

. _____. SEIS MESES EM QUE FUI HOMEM.

. _____. A MULHER NO TERCEIRO MILÊNIO. 1992.

4. ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA é socióloga, professora do Depto de Enfermagem e Saúde Pública da Escola Paulista de Medicina, assessora da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da CUT em São Paulo e pertence ao Comitê de Especialistas do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEEMA), atuando no Projeto Direitos da Mulher na Lei e na Vida.

Em 1975, as Nações Unidas patrocinam uma Conferência no Brasil sobre o tema mulher, mas a imprensa - essencialmente masculina - não apoia, nem divulga o evento, que no "boca a boca" consegue reunir mais de mil mulheres. Esse Congresso marca o Ano Internacional da Mulher.

Em 1975, ainda, os militares proíbem as obras feministas repreendendo muitas mulheres escritoras. Nesta época, passa-se a fase das "estrelas" do feminismo, para se lidar com o coletivo. Os Centros começam a aparecer. Há, por exemplo, a fundação do Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde o movimento propõe uma atuação enquanto organização especificamente feminista.

De 1969 a 1975 realiza-se, de acordo com ROSE MARIE, um "pool" de opinião pública, visando saber a condição da mulher no Brasil. Verifica-se que o número de mulheres nas universidades cresce de cem mil para quinhentas mil sem que houvesse nenhum movimento de mulheres organizado. Quer dizer, as mulheres passam a optar por sua formação acadêmica para depois "investirem" no casamento.

Em 1979 a força de trabalho feminina dobra de seis milhões para doze milhões aproximadamente. A mulher sai exclusivamente do âmbito privado para ocupar o espaço público. Nesse momento, há uma reflexão profunda sobre o feminismo no Brasil e a condição da mulher como um todo. Com a "abertura" política, o feminismo toma raízes no Brasil.⁵

Ainda em 79 os partidos políticos considerados mais

5. Gravação da palestra proferida por ROSE MARIE MURARO "Feminismo nos Anos 90", no XI Encontro Nacional Feminista, realizado do dia 12 a 15 de setembro de 1991 em Caldas Novas-GO.

progressistas: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), levantam conflituosamente o problema da luta geral e específica, visando mudanças sociais.

No fim da década de 70 há , no país, em torno de quatrocentas mil comunidades de base, sendo que 70% delas são constituídas por mulheres de periferia. Ou seja, os movimentos sociais de periferia, as lutas populares são compostas em sua maioria por mulheres.

Os anos 80 trazem consigo a categoria "gênero", havendo um cruzamento entre sexualidade e classes sociais. As conclusões extraídas dos debates em torno da questão feminina, relacionando-a com a construção que o sistema capitalista faz da mulher são : o sexo, aparelho genital é algo dado, mas a sexualidade é fabricada; o macho e a fêmea são dados, mas o homem e a mulher são fabricados; enfim, os organismos são dados, mas os corpos fabricados.

Diferentemente de algumas posturas que colocam a questão da mulher e sua sujeição ao homem e ao sistema patriarcal como algo intransponível, fruto de uma fatalidade biológica, entendemos como SIMONE DE BEAUVOIR, que este discurso - que é ideológico - mascara o real em prol da dominação . É preciso termos claro que *"Ninguém nasce mulher: torna-se mulher . Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino".*⁶

6. Discorrendo sobre essa questão no final do decênio de 1940, SIMONE DE BEAUVOIR é, ainda, uma voz isolada neste momento de transição. Conforme:

BEAUVOIR, Simone de. O SEGUNDO SEXO - A Experiência Viva. 5 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p.9.

A partir dessa premissa, segundo a autora, a libertação é essencial ao homem e à mulher enquanto seres humanos. Tanto o que domina quanto o que é dominado são alienados de sua "verdadeira" condição. Ambos os sexos são vítimas ao mesmo tempo do outro e de si.⁷

Assim, SIMONE DE BEAUVOIR, denunciando as raízes culturais da desigualdade sexual, desenvolve uma análise profunda na qual tratando de questões relativas à biologia, psicanálise, ao materialismo histórico, aos mitos, à história e educação, contribui para o desvendamento daquela problemática. Examinando, portanto, a condição da mulher em todas as suas dimensões, propõe os caminhos que podem levar à libertação não só das mulheres, bem como dos homens. E é a própria autora quem afirma: *"o certo é que até aqui as possibilidades da mulher foram sufocadas e perdidas para a humanidade; já é tempo, em seu interesse e no de todos, de deixá-la enfim correr todos os riscos, tentar a sorte."*⁸

No início da década de 80 abre-se um espaço a nível nacional e local relacionando-se gênero e indivíduo a trabalho e classe social.

E assim ROSE MARIE afirma, quase premunindo que

*"se o problema da mulher [dupla jornada, por exemplo] na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) [atual Comunidade dos Estados Independentes] não for resolvido, o Socialismo ficará pela metade."*⁹

7. BEAUVOIR, Simone de. Op. cit., p.502.

8. BEAUVOIR, Simone de. Op. cit., p.503. Cabe lembrar que a mulher enquanto produtora de saber ou como agente de sua vontade, empreendeu campanhas pelo direito ao sufrágio universal, carestia de vida, pelo aborto e pela profissionalização. Portanto, não há "dãdivas", mas conquistas.

9. Gravação da palestra proferida por ROSE MARIE MURARO "Feminismo nos Anos 90", no XI Encontro Nacional Feminista, realizado do dia 12 a 15 de setembro de 1991 em Caldas Novas-GO.

Essa condição de exploração e sobrecarga da mulher não se efetiva apenas nos países capitalistas. Atualmente, nos países socialistas, a presença da mulher é mais acentuada no trabalho, mas na maioria deles, tanto quanto nos capitalistas, as mulheres que trabalham em profissão rentável acumulam também as tarefas domésticas. Chegou-se ao cúmulo de, como relata FLORISA VERUCCI, em Cuba, colocar-se no código de família um artigo obrigando os homens a partilharem as tarefas domésticas com suas mulheres, pois, afinal de contas, elas não eram de "ferro".¹⁰

Ainda na década de 80 o feminismo no Brasil cresce rapidamente de maneira que a sociedade brasileira parece não estar preparada para recebê-lo. Cria-se, a partir dos movimentos femininos, o Conselho da Condição Feminina, sendo a primeira experiência entre movimentos sociais e Estado. Em seguida funda-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Já nos finais da década de 80 é revista a Constituição e os movimentos interferem na alteração e incorporação de leis que favoreçam a condição feminina, mexendo profundamente, na relação entre as mulheres e a estrutura da produção. Efetivam-se perseguições, com empresários se unindo contra as mulheres em atos de discriminação profunda no mercado de trabalho. Há, então, a desativação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, significando um retrocesso ao nível dos movimentos.

Em 1988 existem ainda outros Conselhos e há um fervilhamento por parte dos intelectuais ligados à questão da mulher no país. Funda-se a Editora Rosa dos Tempos, um signifi-

10. VERUCCI, Florisa. "Machismo e os Direitos da Mulher". In: VÁRIOS Autores. MACHO, MASCULINO, HOMEM. A Sexualidade, o Machismo e a Crise de Identidade do Homem Brasileiro. 4 ed., São Paulo: LP&M, 1986. p.19.

cativo fenômeno editorial de caráter feminista.

Hoje, as mulheres compõem aproximadamente 42% da força de trabalho no país, havendo a quebra da dicotomia entre o espaço público e o privado. A separação que dura quase oito mil anos no mundo, parece ir chegando ao fim no término do século XX.

Apesar de todo o silêncio em torno dos problemas femininos, a desativação de órgãos representativos e as perseguições, as mulheres vêm conquistando espaços e poder político a cada dia. Citamos com admiração algumas que se destacam no cenário nacional: LUIZA ERUNDINA (Prefeita de São Paulo); TELMA DE SOUZA (Prefeita de Santos); BENEDITA DA SILVA (Deputada Federal); SANDRA STARLING (Deputada Federal); MARILENA CHAUI (Secretária da Educação em São Paulo), dentre tantas outras que defendem a garantia dos direitos e da cidadania feminina.

Os movimentos sociais femininos acabaram mostrando que o funcionamento do sistema capitalista tem a ver com a construção antagônica da feminilidade e da masculinidade. No momento em que se romper esse antagonismo e houver uma integração - não harmônica - arrebenta-se com um dos pilares desse sistema.

Os movimentos femininos brasileiros em geral possuem enorme riqueza, pois incluem reflexões teóricas sobre as correntes internacionais, sobre a situação da mulher no Brasil, sobre as ações das mulheres de periferia que têm haver com toda a reflexão acerca da transformação social.

De certa forma, o feminismo cria um novo ator político coletivo: as mulheres. Faz emergir uma nova categoria de

análise para desconstruir o que a sociedade patriarcal constrói como racional e instrumental - o valor da relação biológica diferenciada - que é a categoria gênero.

Parece-nos claro que se não olharmos o mundo também pelas relações de gênero (homem e mulher) não conseguiremos compreender o que KARL MARX tentou explicar através das relações de classes sociais. A questão da subjetividade, colocada pelas mulheres é o ponto nodal da discussão e é preciso resgatar essa subjetividade na construção do sujeito político que não é construído só através da objetividade.

Nessa perspectiva, para o objeto aqui estudado, a experiência feminina, vista *"como uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um grupo social, a acontecimentos interrelacionados, ou a muitas repetições de um mesmo acontecimento"*¹¹, nos dá a noção do processo contraditório e da formação das pessoas enquanto seres ambíguos e paradoxais.

No Terceiro Mundo, convive-se simultaneamente com um processo de barbárie e modernidade. Enquanto algumas lutam pela conquista do poder político estatal, por exemplo, outras tantas ainda não têm atendidas reivindicações básicas, como creches, para se libertarem do espaço privado do lar.

O projeto libertário é vivo e dinâmico. Tropeça-se muito ao se achar que a questão feminina é específica das mulheres. Com isso legitima-se o masculino como único universal e reforça a tese que reserva à mulher o confinamento de um espaço doméstico. A diferença tem que ser tão universal quanto

11. THOMPSON, E.P. A MISÉRIA DA TEORIA - Crítica a Althusser - Um Planetário de Erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.15.

o masculino. A questão da especificidade da mulher diz respeito a toda a sociedade. Ela se insere no projeto de todos os que lutam contra qualquer tipo de dominação.

Nos parece claro também que não há um único movimento feminino, mas os movimentos das mulheres sindicalistas, das mulheres rurais, da academia, das lésbicas, das prostitutas, das negras. Torna-se necessária a percepção da multiplicidade de identidades dentro de um ponto comum, mas não suficiente, o da opressão.

A partir dessa contextualização mais ampla que reflete experiências diversas das mulheres em vários campos de atuação, procuraremos discorrer sobre o nosso objeto, elegendo como o espaço prioritário para observação empírica o contexto urbano de Uberlândia.

C A P Í T U L O I

OS MOVIMENTOS FEMININOS EM UBERLÂNDIA E SUAS ENTIDADES "REPRESENTATIVAS"

"Rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres".

(Heleieth I.B. Saffioti)

. ORGANIZAÇÃO FEMININA DE UBERLÂNDIA

A princípio imaginávamos que anteriormente à década de 70 nada havia sobre movimentos femininos em Uberlândia. Para a nossa surpresa, ao iniciarmos a pesquisa, encontramos nas décadas de 20 e 30 um movimento que integrava professoras chamado "Liga Feminina" e nas décadas de 40 e 50 um outro, cujo nome "Organização Feminina de Uberlândia", popularmente designada "União Feminina" teve significativa importância histórica.

A "Liga Feminina", de acordo com Dona OLÍVIA CALÁBRIA¹² desenvolve nos anos 20 e 30 várias atividades, dentre elas: teatro, cinema e jogos de salão.

A década de 30 marca a ditadura de Vargas e, como bem observa dona OLÍVIA, este período

"amortece a sociedade e o povo fica submisso".¹³

De 1942 a 1945, período que compreende a Segunda Guerra Mundial, verifica-se muita destruição, fome e uma crise geral que se reflete em Uberlândia. A Guerra influencia as

11. Entrevista realizada no dia 11/05/1991 em Uberlândia com dona OLÍVIA CALÁBRIA, senhora de 78 anos, militante do Partido Comunista Brasileiro(PCB), atual Partido Popular Socialista(PPS) e da "União Feminina" nas décadas de 40 e 50.

12. Idem.

posturas ideológicas de muitos. Há uma enorme indignação por parte de mães que não entendem

"como podem mandar moços bons e sadios para morrerem a troco de interesses de outros".¹⁴

Assim, muitas mulheres queimam cartórios para que seus filhos não entrem para a Guerra, é uma verdadeira batalha pela paz.

Dona OLÍVIA torna-se adepta ao comunismo, entrando para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) influenciada pela juventude comunista uberlandense dessa época. Identifica-se com a ideologia do partido, acreditando obter respostas para muitas de suas angústias e aspirações por um mundo mais justo.

O período de 1945 compreende o momento de luta pela Constituinte brasileira. A Constituição é elaborada e pode-se eleger deputados, senadores, presidente etc. Os partidos até então clandestinos ficam dois anos na legalidade. Há, neste período, uma grande mobilização desencadeando os movimentos de rua. O PCB está repleto de mulheres no seu interior. Algumas mulheres em Uberlândia, por volta de 1946/1947, resolvem, então, organizar-se para que possam defender seus lares, a paz e a educação dos filhos. É programada uma reunião, distribuídos boletins e preparado o local. Com o comparecimento de mais de duzentas mulheres funda-se a "Organização Feminina de Uberlândia", conhecida por "União Feminina". Elabora-se e aprova-se o Estatuto registrando, assim, a Organização.

A "União Feminina" congrega mulheres dos mais variados setores sociais - classe alta, média e baixa - e de vários partidos políticos. Inclusive, como afirma dona OLÍVIA ,

14. Idem, *ibidem*.

uma das lideranças da Organização,

*"o Estatuto não estabelece religião nem partido político; é um movimento político, mas não partidário, pois objetiva atender e defender os interesses das mulheres em geral".*¹⁵

As mulheres da "União Feminina" desenvolvem palestras, trabalhos em vilas e escolas junto às outras mulheres da sociedade. Dedicam-se, também, à doação de roupas, alimentos, além de angariarem produtos de maior utilidade para distribuição aos necessitados.

Percebe-se a existência de um trabalho de solidariedade. Quando, para exemplificar, uma determinada categoria entra em greve, como acontece com a "Sociedade dos Choferes", neste período, as mulheres da Organização apoiam.

Quando do término da Guerra, o Brasil passa a ser o "celeiro" do mundo. Os países estrangeiros mandam buscar carne, açúcar, acarretando ao país e à Uberlândia, em particular, uma crise geral de abastecimento. Assim, a prefeitura local encarrega-se de distribuir racionalmente os produtos extremamente escassos. As mulheres da "União Feminina" também entram nesse processo de reivindicações por maiores quantidades e melhor distribuição dos produtos.

De acordo ainda com dona OLÍVIA,

*"o desenvolvimento da humanidade traz dentro de si o desenvolvimento das mulheres na luta contra a discriminação, pelos direitos".*¹⁶

E ressalta que

*"a mulher hoje tem liberdade e não sabe; conquistou e pode conquistar muito e para poder lutar é preciso conhecer".*¹⁷

15. Idem, ibidem.

16. Idem, ibidem.

17. Idem, ibidem.

Em torno de 1955, dona OLÍVIA é chamada para ir à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), onde fica até 1957. Quando retorna ao Brasil, a "União Feminina", para sua surpresa, já não mais existe, tendo sido extinta devido ao pouco interesse e ao descaso das mulheres para com a Organização que já contava com muitas associadas.

A partir do final da década de 50 até o início da de 80, passando por um período enorme de ditadura militar há um refluxo dos movimentos de mulheres no Brasil, que se reflete em Uberlândia também. Durante este período existem alguns movimentos entre professores, empregadas domésticas, funcionários públicos, movimentos de caráter sindical e popular, mas não muito expressivos.

A década de 80 marca fortemente a emergência dos movimentos em geral, sendo inclusive o produto de grandes movimentações femininas. É o momento da realização de grandes Congressos e criação de vários órgãos femininos e conquista de espaços pelas mulheres no poder público.

Fazendo uma avaliação dos movimentos, dona OLÍVIA crê que são necessárias mulheres dispostas, "proletas", animadas e dinâmicas para encaminhar o movimento. Para ela,

*"as mulheres precisam lutar contra o sistema capitalista e não contra as pessoas, os capitalistas, a luta precisa ser ampla e isso é que é ser revolucionário." Considera, ainda que "a mulher lê pouco, não tem conhecimento, vive para o lar e o marido, ela não tem cultura, é mesquinha, preocupa-se, muitas vezes, com coisas pequenas e insignificantes."*¹⁸ [Grifos nossos].

Percebe o voto como sendo uma grande conquista da

18. Idem, ibidem.

mulher, tendo sido uma tomada de consciência geral para melhorar o país.

Na relação patroa/empregada doméstica, dona OLÍVIA acredita que

*"deve haver um maior entendimento entre elas" e, acrescenta, "quando a empregada doméstica tiver mais cultura ela muda de serviço."*¹⁹ [Grifos nossos].

Percebemos, através da entrevista com dona OLÍVIA e de suas análises e concepções teóricas, que as mulheres que compõem a "União Feminina" caracterizam-se por desenvolver atividades assistencialistas. Apesar das lideranças do movimento se intitularem comunistas, a mulher dessa época - e cada um é fruto do seu tempo - não possui uma percepção, pelo menos, não muito nítida da luta de classes. Verificamos que o movimento não é de caráter classista desde sua organização, ou seja, congrega mulheres de vários níveis sociais. Inclusive as posturas políticas e reivindicações pela Organização assumidas têm como objetivo suprir necessidades imediatas sem que haja um enfrentamento claramente assumido frente a classe dominante. cremos que as mulheres desse momento histórico possuem muito mais uma concepção humanitária que revolucionária da realidade.

Tais posturas assumidas pela "União Feminina" não são de simples análise. Ao contrário, nos parecem bastante complexas já que as lideranças se guiam pelos escritos de MARX e pela doutrina do Partido Comunista Brasileiro (PCB), partido progressista que por princípio objetiva a derrubada do sistema capitalista.

19. Idem, *Ibidem*.

Há, neste processo, uma tensão de forças das quais o movimento é produto. Torna-se necessário diferenciarmos essas posturas contraditórias. Se por um lado há a prática do "mutualismo" uma associação das mulheres "para", que reivindica; por outro, há a "resistência" uma associação "contra", que pratica seu objetivo.

. ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DE UBERLÂNDIA

A década de 80 é, como dissemos, marcada por grandes movimentações femininas. É assim que em 1980 a nível federal é criado o Conselho Nacional da Mulher ligado ao Ministério da Justiça; em Minas criam-se várias entidades, dentre elas o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; e em Uberlândia por volta de 1982 elegem-se três vereadoras à Câmara Municipal, conquista surpreendente para uma cidade tão machista e conservadora, imbuída da tradição patriarcal.

Os meados dessa década retratam a mobilização das mulheres em Uberlândia, não só em comemoração ao 8 de março (Dia Internacional da Mulher), como também a grande participação feminina na política municipal e eventos coletivos locais e regionais.

Terminando o decênio verificamos a intensa realização de encontros femininos regionais com debates e aprovação de reivindicações para a Constituinte, sendo o primeiro Encontro realizado em Uberlândia.

A "Associação de Mulheres de Uberlândia" é fundada em 1988 após o I Congresso de Mulheres realizado na cidade, contando com mais de quinhentas mulheres, com representantes de mais de 40 bairros da cidade. Funda-se a Associação, formula-se a Carta de Princípios - Estatuto aprovado pelas presentes.

É com a "finalidade de organizar e mobilizar as mulheres independentemente de raça, classe, religião ou partido político, para lutar por uma sociedade justa, baseada nos mesmos direitos e oportunidades para todos, onde seus filhos tenham melhores condições de vida" que a Associação de Mulheres é criada, sendo um espaço onde "discutir-se-ã conjuntamente os problemas de trabalho, saúde, educação, violência etc., incen

tivando a participação e organização das mulheres na defesa de seus direitos, em particular, e de uma transformação da sociedade de modo geral".²⁰

Essa Associação nunca possuiu sede formal própria , por isso a documentação por ela produzida fica sob a responsabilidade, até hoje, de SORAIA a Secretária do Congresso que fundou a Associação e é atual acessora da Vereadora NILZA ALVES do Partido Comunista Brasileiro(PCB), atual Partido Popular Socialista(PPS). Notamos através da entrevista com SORAIA que há uma estrita ligação entre o partido - antigo PCB, atual PPS - e o movimento de mulheres local. As lideranças da Associação são mulheres integrantes do citado partido.

A princípio, a proposta da "Associação de Mulheres" e de suas lideranças era a de implantar um núcleo de mulheres em cada bairro na cidade, o que não ocorreu devido ao próprio refluxo dos movimentos no início da década de 90. Em Uberlândia temos o conhecimento da existência de Associação de Mulheres em praticamente dois bairros: a Associação Feminina "Afeto" no Bairro Tocantins e uma outra no Bairro Jardim Brasília.

Algumas colocações são feitas por parte das mulheres que ainda integram a "Associação de Mulheres" no sentido de que se deve aproveitar a enorme e constante reivindicação das mulheres por creches e tentar a partir dessa luta já existente, na maioria dos bairros, desenvolver junto às mulheres atividades de conscientização. Acreditam que seja preciso partir de algo que já existe concretamente, aproveitando os espaços para suscitar outras discussões, envolvendo a situação da mulher, seus direitos, problemas e necessidades.

20. Estatuto da "Associação de Mulheres" de Uberlândia, fundada em 1988.

Percebemos que atualmente a "Associação de Mulheres" não tem muita expressão em Uberlândia e que parece, de acordo com algumas mulheres do movimento feminino local, não tratar seriamente a questão da mulher trabalhadora. Talvez por isso os movimentos existentes hoje nos bairros sejam autônomos , pois não se identificam com a Associação que, de certa forma, parece ter priorizado uma prática elitista.

. SEÇÃO DE APOIO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

A "Seção de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher " é um órgão da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia criado em 1986, conquistada dos setores locais considerados mais progressistas: Partido dos Trabalhadores(PT), Partido Comunista Brasileiro(PCB) , atual Partido Popular Socialista(PPS) e alas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro(PMDB).

A administração municipal ZAIRE REZENDE do PMDB, gestão 1982--1988, cujo slogan "Democracia Participativa" se pauta por negociar com entidades organizadas, obrigando, de certa forma, a sociedade a se organizar para que possa fazer suas reivindicações. No entanto, assim nos parece, tais organizações, inserindo-se aí a das mulheres, são imaturas, não possuem uma história de luta, organizando-se apenas para sanar problemas imediatos, não criando, então, um processo de reflexão e amadurecimento com suas bases.

Nesse sentido, com o fim da administração ZAIRE REZENDE há uma desintegração gradual dos movimentos já que não houve por parte deles um processo anterior de estruturação e conscientização das bases, não havendo, portanto, condições de enfrentamento ao próximo governo municipal declarado de "direita" como o de VIRGÍLIO GALASSI, eleito pelo Movimento Democrático Uberlandense(MDU), composto pelo Partido da Frente Liberal(PFL) e Partido da Reconstrução Nacional (PRN) , gestão 1989-1992 com a meta do "Desenvolvimento e do Progresso".

Não somos ingênuos ao ponto de não percebermos que a administração ZAIRE REZENDE tivesse também objetivos claros

de manutenção da "ordem" e do sistema vigente. Entretanto , abriu brechas e espaços para discussões, reflexões e organização dos movimentos populares e dos movimentos de mulheres, no caso. Inclusive, por saber que é melhor tê-los sob controle que distantes e autônomos.

Com a administração VIRGÍLIO GALASSI os movimentos se afastam do poder público já que este não negocia com as organizações populares - ele prefere negociar as questões diretamente com a Câmara de Vereadores -, nem viabiliza projetos que atendam às necessidades destas organizações. Não há vontade política nem prioridade em se investir em programas populares. E aqueles poucos programas e projetos que existem não contam com a participação das mulheres por elas não se identificarem com os mesmos.

Além da mudança administrativa, a conjuntura nacional contribui para o refluxo dos movimentos. Como ressalta SOLEDAD REQUENHA, se no início da década de 80 passamos por períodos de grandes mobilizações e agitações como o movimento pelas "Diretas Já" e lutas pela democratização da sociedade , hoje, o que percebemos é uma enorme insatisfação e descrença por parte da população com relação ao poder público. E por mais que, como acrescenta a psicóloga,

*"eu não esteja aqui para atender à administração, o povo não entende isso."*²¹

Com o insucesso dos projetos de reflexão e conscientização elaborados pela "Seção de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher", hoje elaboram-se projetos voltados para a profissionalização das mulheres, uma vez que este tipo de projeto

21. Entrevista realizada no dia 10/05/1991 em Uberlândia com SOLEDAD REQUENHA SPYER, peruana, psicóloga, trabalha na Seção de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher da Prefeitura.

parece ter, de acordo com SOLEDAD, um teor mais concreto , não havendo o perigo de evasão e desinteresse por parte das mulheres.

Nossa entrevistada entende que deveria haver na Seção de Apoio à Mulher uma equipe de trabalho e não apenas uma pessoa para atender a demanda. A Seção deveria contar com pessoal de saúde, psicólogos, profissionais da educação, mas não há interesse da administração em investir neste tipo de programa integrado.

Mesmo com tantas dificuldades, em 1989 a "Seção de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher" promove uma "Jornada sobre as Conquistas da Mulher na Constituição", priorizando os temas para debater: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - igualdade da mulher perante a lei, consumidor, racismo, presidiárias, pensão alimentícia, assistência jurídica , e Dos Direitos Sociais - licença-maternidade, licença-paternidade, creches, isonomia salarial, trabalhadoras domésticas , saúde como um direito da mulher, a dona-de-casa e aposentadoria.

Uberlândia, de acordo com SOLEDAD, a coordenadora da Jornada, reflete a insegurança, o medo e principalmente a desinformação das mulheres, levando-as às vezes a negar os avanços que a sociedade lhes impõem. Diante desta situação a "Seção de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher" levou avançada temática da polêmica nacional com o objetivo de informar e paulatinamente debater sobre as conquistas da mulher na Constituinte, sensibilizando a todos os segmentos da sociedade para a aceitação e cumprimento da nova Carta Constitucional.

Participaram dessa Jornada as entidades: Ordem dos

Advogados do Brasil(OAB), Ministério do Trabalho, Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado de Minas Gerais, Associação Comercial e Industrial de Uberlândia(ACIUB), Clube de Diretores Lojistas(CDL), Conselho Estadual dos Direitos da Mulher(CEM), Universidade Federal de Uberlândia(UFU) e Organização de Mulheres do Município.

Numa avaliação crítica da coordenadora, a Jornada obteve êxito considerável, porém não contou com o envolvimento, apoio e ajuda de grande parte dos que atuam na própria Secretaria de Trabalho e Ação Social. Também teve dificuldades com relação a algumas lideranças femininas que boicotaram o evento, realizando atividades paralelas.

No que tange à percepção de SOLEDAD sobre os movimentos de mulheres em Uberlândia, ela acredita que há uma elitização deles, estando restritos à classe média, intelectuais e suas lideranças. Enfatiza ainda que os conflitos entre as lideranças às vezes são maiores que os objetivos comuns, havendo pessoas com enorme anseio em se destacar das demais. Tudo isso leva à fragmentação, e a classe dominante é "mestra" em se utilizar das fraquezas dos movimentos para atacá-los, estereotipá-los, desgastando a imagem deles e descaracterizando-os.

. CLUBES DE MÃES

Os "Clubes de Mães" em Uberlândia somam em torno de noventa. Só registrados no Programa Nacional de Voluntariados (PRONAV) eles constituem aproximadamente cinquenta espalhados por toda a cidade. Cada um deles tem sua própria história de criação e na sua maioria foram criados a partir da década de 70.

A maior parte desses clubes desenvolve um trabalho de evangelização junto à Igreja Católica. Além das orações há cursos profissionalizantes oferecidos às mulheres, em geral de classe mais baixa, como corte e costura, cabelereiro, bordado, pintura, dentre outros.

De acordo com ANA ANGÉLICA²², alguns desses clubes, os dois que visitamos no Bairro Brasil, por exemplo, desenvolvem também um trabalho assistencial, arrecadando alimentos e roupas, cuja distribuição é feita nos próprios bairros onde estão instalados.

Atualmente, os "Clubes de Mães" já não contam somente com mulheres casadas e adultas; as adolescentes têm tido grande participação nas atividades promovidas pelos Clubes.

Os profissionais assistentes sociais vêm desenvolvendo seus trabalhos junto aos "Clubes de Mães" e as atividades desenvolvidas são, como já vimos, basicamente de cursos profissionalizantes, cursos e palestras educativas sobre a saúde da mulher, educação dos filhos, cuidados pré e pós-parto, comemorações de datas cívicas, religiosas e confraternizações.

Acreditamos que o trabalho, da forma como vem sendo desenvolvido, possibilita ainda mais o ajustamento da mulher

22. Entrevista realizada no dia 23/09/1992 em Uberlândia com ANA ANGÉLICA OLIVEIRA, assistente social do PRONAV.

à sociedade, uma vez que reforça a sua condição de submissa e realimenta o seu papel de dona-de-casa, de esposa e de mãe. A inclusão dos cursos profissionalizantes visa apenas a qualificação da mão-de-obra que serve para auxiliar na manutenção econômica do lar.

Ao buscar o funcionamento adequado da mulher na sociedade, os organizadores das atividades impossibilitam que a mulher perceba os seus problemas sociais, econômicos, políticos e culturais e que ela lute para solucioná-los. Consideramos, ainda, que as reuniões dos grupos constitui o momento que a mulher dispõe, para no seu ambiente e em conjunto com outras mulheres, discutir a sua posição social, mas que no momento serve apenas para realizar os trabalhos mencionados anteriormente e ter uma visão prioritariamente voltada para os problemas do lar.

Com um tipo de desenvolvimento particular, permanecem os "Clubes de Mães" vinculados à Igreja, aglutinando, como já analisamos, mulheres em sua maioria centradas em seus papéis tradicionais e com atividades cotidianas que reproduzem as tarefas domésticas. Em geral seu vínculo com o movimento popular se dá através de atividades de conscientização dos problemas da comunidade, da sociedade, ou às vezes em mobilizações por reivindicações como luz, creche, água, dentre outras. O vínculo orgânico com a Igreja parece delimitar o grau de autonomia desses clubes.

Se este tempo e espaço são ocupados apenas com suas atividades, na nossa concepção há uma tendência para a valorização da consciência individual da mulher, deixando de dar a sua contribuição para que a mulher pense sobre a sua situação como ser explorado e marginalizado socialmente; impedindo,

também, que ela adquira uma nova visão da sua vida e consequentemente modifique a sua personalidade individual e se volte para os problemas mais amplos da sociedade, buscando discutirlos coletivamente e lutando pela sua libertação ao mesmo tempo em que perceba que a sua submissão está vinculada à subordinação das camadas populares ao poder dominante. Portanto, a luta é mais ampla e se estende a todos os subordinados numa ação conjunta pelos seus direitos e busca da transformação da realidade social que oprime não só a mulher, mas, de uma forma geral, os trabalhadores, valorizando apenas os possuidores dos bens de produção, como realmente ocorre nas sociedades divididas em classes.

. GRUPO DE MULHERES DO MOVIMENTO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA

"Ser negra/Na integridade/Calma e morna dos dias/Ser negra/De Carapínhas,/De dorso brilhante,/De pés soltos nos caminhos./Ser negra/De negras mãos,/De negras mamas,/De negra alma./Ser negra,/Nos traços,/Nos passos;/Na sensibilidade negra./Ser negra,/Do verso e reverso,/De choro e riso/De verdades e mentiras/Como todos os seres que habitam a terra./Negra/Puro afro sangue negro,/Saíndo aos jorros,/Por todos os poros."

(Geni Mariano Guimarães)

Os negros e negras em Uberlândia começam a se organizar institucionalmente nos meados da década de 80. Em 1987 filiam-se ao "União e Consciência Negra", entidade nacional, criando uma filial em Uberlândia. Dentro do movimento, algumas mulheres, despertando para problemas específicos, começam a discutir sobre a situação da mulher negra.

Em relação a mulher negra de Uberlândia, VALDENICE, a "Deise", ressalta que a luta tem sido pela superação da tríplice exploração: em sua condição de trabalhadora enfrenta as mais extensas jornadas, os salários mais baixos, as mais desqualificadas funções; enquanto mulher vivencia a discriminação sexual, não vê respeitada sua sexualidade, sua forma de ser, seus direitos reprodutivos; enquanto negra sofre o preconceito e as marcas do racismo. Ou seja, verifica-se a opressão de classe, gênero e raça.²³

De acordo com algumas escritoras "A cor funciona em relação às mulheres negras como fator não somente de expulsão da população

23. Entrevista realizada no dia 26/09/1992 em Uberlândia com VALDENICE MARIA DOS SANTOS, vulgo "Deise", do Grupo de Mulheres do Movimento União e Consciência Negra.

feminina negra para piores atividades do mercado de trabalho, como também determina os mais baixos rendimentos, mesmo nestas funções subalternas, o que ocorre de maneira sistemática no interior das demais ocupações." ²⁴

Nos últimos tempos, tem-se desenvolvido, em caráter nacional, ações visando fortalecer de forma autônoma o movimento de mulheres negras.

Um grande marco para tal iniciativa foi a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro, em 1988, precedido de encontros e seminários em vários Estados, conforme proposta de mulheres negras que participaram do XI Encontro Nacional Feminista em Garanhuns/1987.

As intensas mobilizações que ocorreram em 1988 em decorrência do "centenário da abolição da escravatura" também deram sua contribuição. E em Uberlândia como em todo o país o movimento negro saiu às ruas para denunciar a "falsa abolição", e as reais condições de vida da população negra.

A partir dos movimentos, muitas discussões e atividades aconteceram, difundindo-se para todos os espaços da sociedade as questões relativas às mulheres negras. Entre altos e baixos no que se refere à manutenção do "pique de mobilização" constatou-se um potencial organizativo crescente.

O desafio está posto pelas negras, faz-se necessária a afirmação das bandeiras de luta específicas, assim como a articulação prioritária com os movimentos negros e de mulheres e estrategicamente com os demais movimentos sociais que visam a transformação social.

24. CARNEIRO, Suely; SANTOS, Thereza & COSTA, Albertina G. de Oliveira. MULHER NEGRA; POLÍTICA GOVERNAMENTAL E A MULHER. São Paulo, Nobel, CECF, 1985. p.26.

. NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO E PESQUISA SOBRE A MULHER

O "Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia"(NEGUEM/UFU) é um setor vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais(NUCHIS) do Departamento de Ciências Sociais da Universidade , criado em 1992 como Núcleo Temático de estudos e pesquisas sobre a mulher e relações sociais de gênero, tendo caráter interdisciplinar e objetivando a promoção de intercâmbio entre a Universidade e a Comunidade através de atividades de extensão.

O Núcleo, abrigando linhas de pesquisas interdisciplinares, abrange um amplo leque temático, com um universo diversificado como a política, a sexualidade, a educação, a produção literária, artística, científica e as representações culturais. Tem ainda como perspectiva analisar a memória feminina e como referência conceitual as relações de gênero, tendo em vista como estas relações são constituídas e experimentadas.

Os pesquisadores do Núcleo têm procurado reconstituir trajetórias femininas através de narrativas orais ou escritas , tendo como perspectiva analisar o trabalho da memória feminina e como referência conceitual, como já dissemos, as relações de gênero, vislumbrando como estas relações são constituídas e experimentadas e como pensamos, ou igualmente importante, não pensamos sobre elas, o que nos permite perceber que *"os significados do masculino e do feminino e as relações entre os sexos possuem historicidade e são socialmente constituídas."*²⁵ Conhecer as experiências vivenciadas pelas mulheres na sua trajetória his

25. FLAX, Jane. "Pós-modernismo e as Relações de Gênero na Teoria Feminina". In: PÓS-MODERNISMO E POLÍTICA. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.

tórica, percorrendo os mais diferenciados campos de atuação é, portanto, a meta básica da criação do "Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher".*

São objetivos desse Núcleo: desenvolver estudos e pesquisas de temas relevantes sobre a condição feminina e de suas relações com a sociedade; propor, junto aos diferentes Departamentos da Universidade, a oferta de disciplinas e cursos, relacionados com a problemática da mulher e relações de gênero, dentro de uma abordagem acadêmica e científica; promover a realização de seminários, conferências e encontros que viabilizem a análise e a discussão dessa temática; estabelecer intercâmbio e participar de reuniões promovidas por associações, grupos e entidades nacionais ou estrangeiras, referentes a temas vinculados diretamente com a Mulher e relações sociais de gênero, visando a maior integração de conhecimentos e participação na definição de políticas específicas nessa área; resgatar a História da Mulher, principalmente a da Mulher uberlandense e da região, suas lutas e reivindicações por igualdade de direitos e justiça social; reunir e organizar, em forma de arquivo documentação específica quanto à Mulher e relações sociais de gênero (publicações nacionais e estrangeiras, trabalhos acadêmicos de natureza diversa) para servir de subsídio às atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária nessa temática específica; divulgar resultados de estudos e pesquisas desenvolvidas na Universidade ou em outras instituições.**

Sendo membro efetivo deste Núcleo nos permitimos afirmar

* Informações extraídas do Projeto de Criação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher em 1992.

** Informações extraídas do Portfolio do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher distribuído em setembro de 1992.

que tem sido uma experiência muito gratificante os trabalhos de extensão à comunidade, desenvolvidos com as mulheres de classe baixa em bairros e conjuntos habitacionais locais. Nossa última experiência foi a de ministrar cursos para o Projeto "Educação para a Cidadania" promovido pelo Laboratório de Ensino e Aprendizagem (LEA) do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, debatendo com as mulheres de forma crítica a questão da cidadania feminina ontem e hoje.

. MOVIMENTOS FEMININOS AUTÔNOMOS

No final da década de 80 e início da de 90, de acordo com GERCINA²⁶, algumas mulheres se reúnem em Uberlândia com a proposta de organização de um movimento autônomo feminino.

A proposta advinda dos debates no interior desse grupo é a de se formar teoricamente, através da leitura de textos, mostra de vídeos, oficinas e debates sobre o tema, um grupo de lideranças de mulheres em vários bairros da cidade. Com a formação e o treinamento dessas mulheres, o que já está sendo feito, há, então, a possibilidade delas próprias repassarem informações às mulheres de seus respectivos bairros, desvinculando-se e não dependendo de uma direção centralizada. Há uma tendência a desenvolver atividades e promover uma maior conscientização, especificamente de mulheres trabalhadoras, sobre a histórica condição feminina.

Nesse sentido, esse grupo de mulheres pretende desenvolver um trabalho de base e maduro nos bairros da cidade, consolidando um movimento de caráter permanente, não só comemorativo ou de funcionamento em épocas mais críticas, para depois realizarem um Encontro Geral, visando encaminhar e dar diretrizes ao movimento feminino.

Vislumbra-se, também, a partir dos trabalhos desenvolvidos a possibilidade de reativar-se a Associação de Mulheres que já possui uma história, incorporando as pessoas já comprometidas com a luta das mulheres ligadas a Associação.

Além da mobilização desse grupo de mulheres nos

26. Entrevista realizada no dia 25/09/1992 em Uberlândia com GERCINA SANTANA NOVAIS, militante petista e participante do movimento autônomo de mulheres.

bairros, verificamos a presença de um outro movimento autônomo em bairros junto às empregadas domésticas. Pelo pouco contato que tivemos com este movimento, só podemos perceber que nele levantam-se questões jurídicas e os direitos que as empregadas domésticas possuem, discutindo a condição de vida e de trabalho dessa categoria profissional específica, dentre outras questões.

C A P Í T U L O I I

A MULHER NA LUTA DOS TRABALHADORES

"Os que falam de revolução e de luta de classes sem se referir explicitamente à vida cotidiana, sem compreender o que há de subversivo no amor e positivo na recusa às proibições, têm na boca um cadáver".

(Comitê dos Enrages, cartaz na Sorbonne na década de 60.) [Grifos nossos].

O campo polarizado pelos setores mais combativos do movimento dos trabalhadores em Uberlândia tem-se aglutinando fundamentalmente em torno do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Popular Socialista (PPS), antigo PCB; Partido Comunista do Brasil (PC do B); sindicatos de algumas categorias profissionais, particularmente os do campo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e demais movimentos populares distribuídos em vários pontos da cidade.

Sem desconhecer ou negligenciar as contradições e a pluralidade existentes no interior dessas entidades, um fio condutor que parece permear a todas diz respeito ao comprometimento dos seus integrantes com a luta da classe trabalhadora e com a transformação social.

O campo que compreende a luta dos trabalhadores compõe um mosaico multifacetado de organizações de mulheres com diferentes compreensões sobre a forma como a opressão é exercida sobre elas e variadas visões acerca de como conduzir a luta em busca da sua emancipação.

Aprofundamos nossa pesquisa, quando da análise da mulher na luta dos trabalhadores e trabalhadoras, no campo do Partido dos Trabalhadores (PT) e de um movimento sindical, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de

Uberlândia vinculado à CUT, devido ao maior acesso a documentação e pessoas ligadas a estas entidades.

Podemos observar a luta feminina no IIIº Encontro Nacional de militantes petistas do Movimento de Mulheres , realizado em agosto de 1991 em Ibirité-MG., onde foram aprovadas uma série de propostas para o Iº Congresso do Partido dos Trabalhadores(PT), na discussão sobre construção partidária.

Estas propostas foram originalmente elaboradas pela Sub-Secretaria Nacional de Mulheres do PT, fizeram parte do processo de preparação nos Estados e foram aprovadas pelas delegadas presentes ao IIIº Encontro, com algumas alterações posteriores.

Para as militantes que participaram do Encontro , os militantes petistas - homens e mulheres - que estivessem de acordo com as propostas, ou parte delas, contribuiriam na consolidação do Partido dos Trabalhadores, ampliando sua democracia interna e de gênero, apresentando-as à aprovação nos Encontros Zonais/Municipais e Estaduais.

Faz parte das propostas traçar princípios gerais para garantir a democracia interna, construindo um Partido democrático também para as mulheres; organizar as mulheres no Partido, garantindo a presença feminina nas direções partidárias e criando condições para todos os petistas participarem dos Encontros e Convenções, colocando creches, por exemplo . Necessita-se formar politicamente estas mulheres, construindo, então, dirigentes homens e mulheres, reescrevendo a história dos excluídos. Além disso, discorre sobre a comunicação partidária que deve ser um veículo para a militância e a sociedade que não reproduza nem reforce estereótipos e lin-

guagem discriminatórios em relação às mulheres.²⁶

Nesse sentido, também Uberlândia através da sua militância levanta algumas questões que nos parecem relevantes.

O PT local é criado em 1980. Como ressalta SALVADOR FRAGOLA NETO,

*"o PT em Uberlândia é impulsionado por setores universitários e movimentos populares intelectualizados. Conjuntura específica em Uberlândia, onde a existência de uma classe trabalhadora industrial não tem tradição de luta, possuindo uma economia orientada para os setores terciários."*²⁷

No princípio, quando da construção do Partido na cidade, muitas mulheres faziam parte da executiva. Com o crescimento do partido há um esvaziamento feminino que dá lugar à ocupação masculina. O que houve? Bem, no início, de acordo com GERCINA, as mulheres eram solteiras, estudantes que moravam em repúblicas ou com os pais. Hoje, essas mesmas mulheres são casadas, têm filhos e lar para cuidar, não havendo como participar efetivamente do Partido.

No discurso, "a mulher pode participar, mas objetivamente não são criadas condições para que ela possa participar ou fazer parte da executiva".²⁸

Além desta problemática a militante ressalta que, muitas vezes, as mulheres vão para o espaço público como homens, sem colocar em discussão suas questões específicas.

26. Propostas das Mulheres para o 12 Congresso: Construção Partidária. Sub-Secretaria Nacional das Mulheres do PT. "Agora, eu sou uma estrela". O Congresso do PT e as Mulheres. Agosto / 1991.

27. Entrevista realizada no dia 28/08/1992 em Uberlândia, com SALVADOR FRAGOLA NETO, militante petista e estudante de História na Universidade Federal de Uberlândia.

28. Entrevista realizada no dia 27/07/1991 com GERCINA SANTANA NOVAIS, militante e ex-presidente do PT em duas gestões e atua no movimento de mulheres de Uberlândia.

*Núcleo de Estudos de Ciência e
Debate sobre a Mulher
NEGEM/UFU*

Ainda segundo GERCINA, no interior do PT local algumas mulheres têm-se reunido e discutido suas problemáticas. A organização das mulheres é, ainda, um pouco "frouxa", havendo tentativas de se envolver mulheres de outros partidos e setores sociais mais progressistas, visando despertar e desenvolver uma consciência mais crítica por parte das envolvidas. Nas comemorações do Dia Internacional da Mulher (08 de Março) há esse tipo de união, a maior parte das vezes, com caráter de denúncias das violências sofridas pelas mulheres. No entanto, as mulheres que têm filhos são impossibilitadas de participar das discussões devido a dupla jornada de trabalho que lhes é imposta.

GERCINA, muitas vezes, é contra a criação de comissões de mulheres dentro do partido, já que na prática as "questões das mulheres" ficam a cargo das comissões, restringindo uma problemática que é de todos os que recusam qualquer tipo de opressão. É preciso, então, que o debate se efetive em conjunto, como acontece com outros temas. Verifica-se que

*"os homens de 'esquerda' precisam avançar no que diz respeito às posturas teóricas e práticas."*²⁹

Na realidade, muitas vezes, mesmo que inconscientemente os setores mais progressistas da sociedade acabam por reproduzir uma ideologia discriminatória e machista. Sobre a questão do "aquilo roxo" do Presidente Collor, por exemplo, o PT acabou fazendo colocações críticas que reafirmavam a virilidade masculina.

O Censo Demográfico publicado pelo IBGE registrou que havia no país pouco mais de seis milhões de mulheres economicamente ativas em 1970 - o que correspondia a 20,7% da população economicamente ativa - passando para doze milhões em 1980, ou seja, 27,4% da população economicamente ativa. Em 1985 as mulhe

29. Idem.

res constituíam 36,9%. Hoje, em 1992, segundo projeções, elas somam 41,4% da população nacional economicamente ativa. Quer dizer, além de não serem minoria enquanto mulheres, participam decisivamente no mercado enquanto trabalhadoras.

No entanto, como já observamos, na vida partidária as mulheres se defrontam com a ausência de políticas que garantam condições para sua participação e se contraponham aos mecanismos sociais de opressão de gênero.

As queixas das mulheres uberlandenses têm sido significativas: não há creches, as reuniões são realizadas em horários inadequados, é difícil o acesso à formação política, dentre tantas outras reclamações.

Na prática, há uma exclusão das mulheres da vida pública e partidária. E foi justamente para construir um partido que, de fato, tenha a presença igualitária de mulheres e homens, que grande parte das mulheres do IIIº Encontro Nacional de Militantes Petistas no Movimento de Mulheres propuseram propostas de construção partidária para o Iº Congresso. A proposta mais polêmica foi a política de cotas, que garante um mínimo de 30% de mulheres nas direções municipais, estaduais e nacional do partido. A proposta foi bastante debatida pelos participantes e acabou sendo aprovada por eles como um passo necessário à construção da democracia de gênero no PT.

Em entrevista com MARIA DE FÁTIMA LUCENA, a sindicalista e militante petista nos conta um pouco como se deu a preparação das mulheres petistas em Uberlândia para o Congresso do PT, que iria se realizar em agosto de 1991. É assim que relata:

"Nós já havíamos tirado na Convenção daqui, né? A gente já participou, não pedindo os 30%, porque houve uma resistência de várias companheiras inclusive na época. Quando eu fui para o

Congresso no início do ano (...). Como o PT tem várias correntes de pensamento, de analisar a sociedade (...) e eu faço parte de uma (...) que já avalio até que ponto foi ficar nela (...). De repente é complicado, sabe? Por exemplo, dentro da corrente que eu pertencço o pessoal era contra os 30%. Bom, e aí? Como que eu fico? Quem vai defender não é a tendência, é uma questão específica da mulher e eu que tenho que decidir. E aí eu não respeitei a minha corrente, não. Eu parti para o meu pensamento. (...) Nessa hora eu discordo das tendências, porque invade uma questão específica, onde o pessoal vai decidir e é uma questão da gente. Então se eu avalio que politicamente é melhor a gente avançar nos 30%. (...), né? (...) Então somente nós mulheres que temos que tomar essa decisão (...). Dentro desse contexto lá, as mulheres lá e a gente discutiu essa questão. Quem tava (...) defendeu, sabe? Foi votado os 30% e o nome das companheiras que foi indicado pra participar na composição do Diretório Nacional (...) Foi uma preparação que a gente tava fazendo no VIIIº Encontro Estadual."³⁰

Garantir uma presença mínima de 30% nos organismos de direção é, para grande parte das militantes, uma condição essencial para que o partido reverta, na sua prática e vida cotidiana, a exclusão das mulheres da vida partidária e pública. Mas não é fácil aceitar uma passagem de 5% para 30% e talvez por isso a proposta tenha suscitado tantas inquietações, dúvidas e debates.

Para as militantes, devido à cultura machista e patriarcal de muitos membros do partido há dificuldades em discutir esse tipo de proposta. As pessoas que se posicionam contra a política de cotas ar-

30. Entrevista realizada no dia 20/10/1992 em Uberlândia com MARIA DE FÁTIMA LUCENA, ex-presidente e atual diretora do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Uberlândia, filiado à CUT, central que ajudou a fundar na região e no estado de Minas Gerais. É militante do PT (Pastoral Operária) e participa do grupo de mulheres do mesmo partido. Já atuou nos Direitos Humanos e na fundação da Associação de Moradores do Bairro Tocantins, onde reside em Uberlândia.

gumentam ser esta uma medida paternalista e artificial que não leva em consideração as posições políticas e a competência da pessoa, além do fato de não haver um número de mulheres que garanta os 30% e a crença de que as mulheres já estão em um espaço público quando militam num partido político, não sendo o poder partidário o responsável por proporcionar a elas participação.³¹

Para os defensores dos 30% este é o patamar mínimo capaz de alterar a correlação de forças. 30% é aproximadamente a porcentagem de mulheres filiadas ao partido, rompe com a dinâmica da exclusão e amplia a entrada das mulheres nos espaços de poder significativamente. A política de cotas aparece como um passo fundamental para impulsionar a construção da democracia de gênero, pois as mulheres em geral são oprimidas, independente do grau de consciência que tenham dessa opressão. Assim, é um mecanismo artificial na medida em que é uma ação consciente, uma intervenção planejada. Ora, questionam algumas mulheres petistas, é "natural" ter a quase totalidade das direções partidárias com cerca de 95% de homens em seus quadros? O argumento da falta de competência e de preparo das mulheres para a direção do partido é freqüente. Sobre o discurso competente acrescenta MARILENA CHAUÍ que este *..!é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida e autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminadas para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já*

31. Propostas de emendas das Mulheres para o 19 Congresso do PT - no mínimo 30% de mulheres na direção. Comissão Estadual de Mulheres do PT/SP, nov. 1991.

foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência." ³² [Grifos nossos]. Nesse sentido, a competência aparece como privilégio masculino historicamente construído. É de questionar: competência de quem? Para quem? A partir de que critério? As lideranças atuais construíram a competência ou nasceram com ela? Para muitas militantes, reconhecer a diferenciação, as desigualdades existentes e tomar medidas para construir uma democracia real não constitui paternalismo. ³³

Com a finalidade de analisarmos melhor a exclusão das mulheres nas instâncias de direção, vejamos os quadros a seguir.

QUADRO 1 - DADOS PERCENTUAIS DE HOMENS E MULHERES NO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT DE 1981 a 1990.

ANO DE ELEIÇÃO	TOTAL DE MEMBROS*	HOMENS		MULHERES	
		NÚMERO	%	NÚMERO	%
1ª Diretoria Nacional - 1981	92	84	91,3	8	8,7
2ª Diretoria Nacional - 1984	66	62	93,9	4	6,1
3ª Diretoria Nacional - 1986	81	76	93,8	5	6,2
4ª Diretoria Nacional - 1987	81	77	95,1	4	4,9
5ª Diretoria Nacional - 1990	82	77	93,9	5	6,1

* Estes números totais de membros dos Diretórios Nacionais não inclui os líderes de bancada.
FONTE: Diretório Nacional do PT.

QUADRO 2 - DADOS PERCENTUAIS DE HOMENS E MULHERES NA COMPOSIÇÃO DE ALGUNS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DO PT EM 1990.

ESTADO	TOTAL DE MEMBROS	HOMENS		MULHERES		% MULHERES FILIAÇÃS
		NÚMERO	%	NÚMERO	%	
São Paulo	80	60	85	12	15	38,8
Rio de Janeiro	60	56	93,3	04	6,6	42,9
Rio Grande do Sul	60	55	91,7	05	8,3	39
Paraná	38	35	92,1	03	7,9	35,5
Pernambuco	33	28	84,8	05	15,2	44,8
Minas Gerais	80	74	92,5	06	7,5	-
Bahia	56	52	92,9	04	7,1	-
Piauí	58	46	79,3	12	20,1	-
Espírito Santo	44	39	88,6	05	11,4	-
Amazonas	32	29	90,6	03	9,4	-
Ceará	46	36	78,3	10	21,7	-
Rio Grande do Norte	34	29	85,3	05	14,7	-
Matô Grosso Sul	33	30	90,9	03	9,1	-

Os números correspondem à última direção eleita nos Encontros Estaduais e foram fornecidos pelos Estados.

32. CHAUI, Marilena. CULTURA E DEMOCRACIA - O DISCURSO COMPETENTE E OUTRAS FALAS. São Paulo : Cortez, 1989. p.

33. Propostas de emendas das mulheres para o 12 Congresso do PT - no mínimo 30% de Mulheres na direção. Comissão Estadual de Mulheres do PT/SP, nov. 1991.

Um dos grandes desafios, entre muitos outros, na reorganização do Partido dos Trabalhadores é o de reconhecer o conflito como parte integrante da vida cotidiana partidária e criar estruturas e mecanismos para que estes conflitos se expressem. É preciso, de acordo com as militantes, reconhecer as diferenças - que não devem implicar em desigualdades - e não ter medo do conflito.

No entendimento de algumas militantes petistas, o partido ao nível local tem avançado um pouco na compreensão da necessidade de organização das mulheres, embora a compreensão das questões centrais do movimento de mulheres, do significado da sua opressão e do feminismo ainda seja muito débil. Não se tem conseguido, como partido, dar organicidade ao trabalho e aumentar assim o nível de intervenção interna e no movimento, ao mesmo tempo em que há uma tendência para ignorar as questões específicas ou isolá-las como um gueto. Nessa perspectiva, para muitas mulheres, a organização do trabalho de mulheres no Partido parece essencial para fazer o PT avançar na sua elaboração política; na organização da intervenção no movimento; no combate aos preconceitos existentes; no avanço da consciência das militantes de sua opressão específica como mulheres; na incorporação de lutas feministas; na construção do PT como um partido onde a luta pela libertação das mulheres não seja apenas uma questão das mulheres, mas de todo o partido.

O Partido Popular Socialista (PPS), antigo PCB e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) têm participado, através de suas militantes femininas, do movimento de mulheres em Uberlândia com debates, palestras, denúncias sobre a condição feminina e atividades promovidas em datas comemorativas, como o Dia Internacional da Mulher, o 8 de Março.

O **Partido Comunista Brasileiro (PCB)**, como já vimos no Capítulo I do presente trabalho, tem sido, através de suas militantes, referencial para discussão das questões relativas ao movimento de mulheres em Uberlândia. Primeiramente com a líder feminina dona OLÍVIA CALÁBRIA, membro da "União Feminina" das décadas de 40 e 50 e, posteriormente, através de várias expressões, como a Vereadora NILZA ALVES DE OLIVEIRA e MARIA TEREZINHA CARRARA LÉLIS, atual líder do referido partido, ambas atuando na "Associação de Mulheres de Uberlândia" na década de 80 e 90. No caso da vereadora, ela participa do movimento elaborando projetos que caminham não só, mas também, no sentido de melhorar as condições de vida da mulher uberlandense para serem aprovados na Câmara. No final da década de 80 observamos ainda a participação da "Associação de Mulheres de Uberlândia" na elaboração das Leis Orgânicas do Município, principalmente através da citada vereadora.

O **Partido Comunista do Brasil (PC do B)** nos aparece, pelo menos até o momento, como um partido pouco expressivo no que diz respeito às lutas femininas. Assim mesmo, podemos destacar ILIZAMAR FERNANDES PRADO DA COSTA³⁴, militante comunista, ligada às lutas populares em geral e à luta das mulheres em particular. Esteve presente no Comitê de Mulheres do Movimento Feliz Cidade (coligação PT, PPS e PC do B), nas eleições municipais de 1992. Em caminhada pelas principais avenidas da cidade "LIZA" reivindica, juntamente com muitas outras mulheres, uma cidade onde impere a justiça social, para que, de fato, a mulher exerça sua cidadania.

Nesse sentido, as mulheres abordam questões tais como: a concentração das mulheres nas faixas de renda mais baixa; a discriminação de cor e profissional existente, em larga escala, na cidade; as restrições ao emprego de mulheres casadas, grávidas e com filhos; as altas taxas de mortalidade materna e infantil; o desrespeito à legislação trabalhista; a violência doméstica e sexual; a prostituição de meninas e o extermínio de crianças e adolescentes; a inexistência de creches funcionando 24 horas e de banco de leite materno; a ausência de política pública de atendimento à saúde da mulher e hospital municipal, dentre tantas outras questões.

34. Entrevista realizada no dia 22/10/1992 com ILIZAMAR FERNANDES PRADO DA COSTA, militante do PC do B; repórter fotográfico do Jornal "O Triângulo"; filiada ao Sindicato dos Jornalistas; única mulher eleita à Câmara dos Vereadores em Uberlândia, nas eleições de 1992, estando em 89 lugar em nº de votos, dentre os 21 vereadores que entraram para compor a Câmara; foi diretora da Associação dos Moradores do Bairro Rezende e Secretária da União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia (UESU). No movimento sindical contribuiu nas lutas dos comerciantes, metalúrgicos, rodoviários e trabalhadores da construção civil.

Constatamos através da pesquisa que, a exemplo do que ocorre no interior do Partido dos Trabalhadores, também as mulheres desses dois partidos, PPS e PC do B, enfrentam dificuldades ao proporem discussões acerca das problemáticas e especificidades femininas com seus companheiros partidários, havendo, muitas vezes, nítida contradição entre um discurso progressista e uma prática machista e conservadora que não comporta as lutas das mulheres.

No que tange ao **movimento sindical** a condição em que se encontra a mulher também não é satisfatória.

Em 1991, ano em que realiza o seu IVº Congresso Nacional, a **CUT** comemora cinco anos de reflexão e experiências na área feminina. Em 1986, no II CONCURT, a Central aprova a primeira resolução política de combate a todas as formas de discriminação, particularmente a opressão das mulheres, criando, inclusive, um canal específico para subsidiar sua ação política: a Comissão sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CQMT).*

A sociedade brasileira conservadora e patriarcal ainda reserva às mulheres condições brutais de discriminação, desigualdade e violência que estão longe de serem superadas.

Os sindicatos combativos têm papel estratégico na luta pela transformação dessa realidade, considerando que no âmbito do mercado e das relações de trabalho aparecem nitidamente as articulações entre a exploração de classe - a que estão submetidos homens e mulheres trabalhadoras - e a opressão de gêne-

* Informações extraídas da REVISTA DA CUT intitulada "Camuflagem e Transparência - As mulheres no Sindicalismo". Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNQMT)/Sec. de Política Sindical e da Sec. de Imprensa e Divulgação da CUT, 1991.

ro - que dá especificidade à situação da mulher trabalhadora.

O sindicalismo, por outro lado, experimenta o desafio de superar dentro de si mesmo os valores culturais e ideológicos que marcam as instituições políticas e fazem delas espaços de participação majoritariamente masculina. Assim, o movimento sindical tem diante de si a tarefa de responder a duas dimensões de um mesmo processo: a criação de políticas para fora , voltadas à conquista de condições de trabalho e de vida para as mulheres que rompam com as discriminações, e a criação de políticas internas que resultem na maior presença feminina nas instâncias do próprio movimento.

No IIIº Congresso Nacional da CUT (1988), mais de 25% do total de participantes são mulheres e tem sido significativa a presença feminina nas lutas e campanhas sindicais. Mas esse crescimento não corresponde à representação feminina nas instâncias de direção das organizações sindicais. Na Executiva Nacional da CUT há, no momento, apenas uma mulher, e na Direção Nacional a representação feminina é de 10%. O quadro se repete na maioria dos sindicatos e instâncias regionais da Central.*

Os dados do IIIº CONCUR nos mostram ainda o quadro real em que se encontram as mulheres atualmente dentro da Central. Elas representam 24,1% do total de delegados, sendo que a maioria delas têm entre 15 e 30 anos de idade. Quanto ao estado civil, 55% são solteiras contra 31% dos homens. 30% casadas contra 63% dos homens e 11% divorciadas contra 5,2% dos homens. 41% dessas delegadas possuem curso superior completo contra 15,6% dos homens e 12% estão cursando a universidade. Das congressistas, 43,7% participam nas diretorias, sendo que apenas 13,9% ocupam cargo de presidente, 18,7% de secretaria e 15,8% su^{pl}entes da diretoria.**

* Dados fornecidos pela CUT nacional em 1990.

** Idem.

Analisando estes dados percebe-se que a maioria das mulheres que participam do movimento sindical composto por solteiras e/ou desquitadas, têm maior escolaridade que os homens e, em sua maioria, não possuem filhos.

A maior parte delas trabalha nos setores de serviços e educação. São professoras, profissionais liberais de nível superior e trabalhadoras rurais com menos de cinco anos de militância na maioria das vezes.

Um levantamento dos cargos ocupados pelas mulheres nas diretorias, mostra a reprodução da divisão sexual do trabalho dentro da CUT e dos sindicatos a ela filiados. Esta presença traz consigo uma discussão sobre a organização dos sindicatos e a percepção destes do papel da mulher na sociedade.

Os questionamentos levantados pelas trabalhadoras urbanas, em geral, e pelas uberlandenses, em particular, são, na maior parte das vezes, sobre a ausência de coerência entre o discurso revolucionário e inflamado da militância e sua prática sectária, retrógrada.

A CUT bem como os sindicatos a ela filiados, vêm assistindo a um crescimento da discussão sobre a opressão das mulheres e a denúncia de situações de violência sofrida pelas mesmas no interior do movimento sindical e pouco tem sido feito para solucionar os problemas. As sindicalistas as quais tivemos maior contato acreditam que a construção de uma nova sociedade de "iguais", democrática, sem explorados e exploradores requer da militância revolucionária uma reflexão sobre sua prática política, pública e privada. Aham ainda ser preciso criar medidas concretas que rompam com essa divisão desigual de poder e com os valores da ideologia patriarcal que prega a submissão das mu-

lheres e sua desvalorização enquanto pessoa. Ao se tratar de poder é bom esclarecermos sobre a concepção de poder que transita e se recompõe no fluxo das relações sociais: "O que é o poder? A definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma 'relação de poder'. Compreendamos primeiramente que o poder não é uma forma, por exemplo, a forma-Estado; e que a relação de poder não se estabelece entre duas formas, como o saber. Em segundo lugar, a força não está nunca no singular, ela tem característica essencial estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem objeto nem sujeito a não ser a força." Ou, "...dirá Foucault que o poder remete a uma 'microfísica'. Com a condição de não entendermos o 'micro' como uma simples miniaturização das formas visíveis ou enunciáveis, mas como um outro domínio, um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irredutível ao saber: ligações móveis e não-localizáveis."³⁵ Quer dizer, há também no interior da classe trabalhadora explorada relações de poder, onde uns (homens) tentam alcançar, mesmo que inconscientemente, a hegemonia sobre outros (mulheres). E é conforme o poder de luta, de convencimento e de esclarecimento existente neste espaço que vai ser determinada a correlação de forças, revertendo o quadro da má distribuição de poder.

A feminista ELEONORA MENICUCCI, acredita que para se analisar o novo lugar que as mulheres passaram aos poucos a ocupar nas lutas sindicais e a importância do papel desempenhado nesse processo pelos grupos que vieram a organizar, de forma separada e decisiva enquanto mulheres, e em especial o papel dos grupos reunidos em torno de questões de sexualidade e saúde, é preciso descer ainda a um nível mais detalhado das relações que se dão no dia-a-dia. É preciso explorar no miúdo das relações

35. DELEUZE, Gilles. "As Estratégias ou o não Estratificado: o pensamento do lado de fora (poder)". In: _____. FOUCAULT. Trad. Cláudia S. Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988. pp.78-100.

de poder, no interior dos sindicatos, as relações arraigadas que se estabelecem entre o "corpo social", nas grandes esferas de poder, e o lugar por excelência onde esses poderes atuam na construção de uma identidade oprimida específica: o corpo feminino.

A socióloga coloca, ainda, que é preciso pensar o poder como uma categoria de análise que nos permite perceber as relações de gênero, a partir das micro-relações que intervêm na percepção daquilo em que consiste o corpo feminino. A partir das transformações ocorridas nesta percepção, em razão de um novo conhecimento que passam as mulheres a ter sobre si próprias, será possível entender as mudanças nas várias relações estabelecidas pelas mulheres, tanto entre si mesmas, no interior do grupo, quanto na esfera da vida familiar e, de forma mais ampla, nas associações de moradores, nas fábricas, estendendo-se até suas relações com o próprio Estado.

ELEONORA ressalta que *"... é através dessas estratégias de poder que se produz a disciplinarização do corpo feminino: elas não destroem o corpo mas o fabricam e o produzem para aumentar a força e a eficácia da produção, diminuindo a força política de resistência. Os dispositivos disciplinares que atuam sobre o corpo da mulher não têm o objetivo de destruí-la, mas de adestrá-la à situação milenar de sua condição de oprimida. Assim, é possível identificar a microfísica do poder como o controle minucioso do corpo feminino constituindo o mecanismo de produção da identidade da mulher."*³⁶

Dentro deste quadro, caso os movimentos sindicais combativos não reflitam sobre sua prática podem estar reproduzindo e perpetuando a dominação e exploração de uns sobre outros.

36. OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. "Identidade Feminina - o lugar do corpo". In: REVISTA DA CUT. Camuflagem e Transparência - As mulheres no Sindicalismo. Colaboração CEDI. 1991.

ELEONORA é socióloga e professora do Departamento de Enfermagem e Saúde Pública da Escola Paulista de Medicina.

De acordo com as militantes que a muito participam desse debate, a CUT e os sindicatos a ela filiados devem incentivar a auto organização das mulheres no movimento sindical; criar espaços de discussão sobre a questão da mulher em seus congressos, cursos e encontros; garantir a participação das mulheres nos cursos de formação profissional à base da categoria; formar e incentivar as mulheres a ocuparem cargos de direção, alterando os valores de avaliação de competência, que até hoje perpassam a ética masculina, garantindo o percentual de 30% nos cargos para serem ocupados por mulheres e incorporar em suas bandeiras gerais de lutas as reivindicações femininas.

Com o objetivo de verificar como a mulher uberlandense se se insere na luta dos trabalhadores, especificamente no movimento sindical, escolhemos o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Uberlândia para observar tal relação.

De acordo com MARIA DE FÁTIMA ³⁷, ex-presidente e atual diretora do Sindicato do Vestuário, a entidade foi fundada como Associação em 1982, tornando-se sindicato em 1987 depois de um processo intenso de luta.

A base deste Sindicato compreende em torno de 1.500 trabalhadores e trabalhadoras, sendo aproximadamente 1/3 sindicalizados. Na visão da sindicalista, estes números não podem ser precisos já que o índice de desemprego, em virtude da crise geral por que passa o país é enorme, havendo grande rotatividade no setor.

37. Entrevista realizada no dia 20/10/1992 em Uberlândia com MARIA DE FÁTIMA LUCENA, ex-presidente e atual diretora do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Uberlândia, filiada à CUT, central que ajudou a fundar na região e no Estado de Minas Gerais. É militante do PT (Pastoral Operária) e participa do grupo de mulheres do mesmo partido. Já atuou nos Direitos Humanos e na fundação da Associação de Moradores do Bairro Tocantins, onde reside, em Uberlândia.

A categoria é predominantemente feminina, já que no setor de confecções predominam mulheres. No início a Associação agrupava os sapateiros também, com predominância masculina, mas agora representa apenas o setor de Vestuário.

A diretoria do Sindicato é composta por vinte membros, sendo que apenas dois são homens, e estes não têm muito entusiasmo em se aperfeiçoarem, nem em se formarem enquanto sindicalistas, parecem se intimidar com a presença majoritária de mulheres.

O Sindicato filiou-se à CUT em 1988/89, quando em discussão com a categoria e após debates, palestras com representantes de centrais, mostra de vídeos sobre as centrais sindicais existentes os trabalhadores e trabalhadoras do setor entenderam que esta era a única central que, apesar de suas debilidades e problemas, seria capaz de representar, de fato, as lutas da categoria.

Segundo MARIA DEFÁTIMA, há discriminações contra ela pelo fato de ser mulher e estar à frente de um Sindicato, principalmente pelo lado patronal. Nesse sentido, argumenta:

*"eu senti uma violência muito forte, sabe? Teve momentos que se é violentada até na privacidade, enquanto diretora dentro do próprio sindicato, deles não quererem respeitar, da gente ter que falar alto, né? Da gente ter (...) que abrir processo criminal (...) e os patrões não quererem respeitar a gente. (...) Então, a violência (...) por parte do empresariado é violenta e no início eles não queriam nos respeitar. Hoje, eles nos respeitam, sabe? Porque já temos uma tradição e eles sabem que a gente não abre mão dos princípios nossos. (...). Agora, na categoria eu vejo que o pessoal respeita. Nós temos uma credibilidade muito grande com a categoria (...). Sabem que a gente representa e não é pelego."*³⁸

A sindicalista ressalta que há muitas violências nas

38. Idem.

fábricas, principalmente quando as trabalhadoras reagem às más condições de trabalho, protestam quanto à sua remuneração, e as patroas não querem cumprir os direitos delas. Há agressões físicas e ofensas verbais. Houve o caso, por exemplo, de uma trabalhadora em 1989

"que apanhou dentro da empresa, essa foi espancamento, a patroa que rasgou o braço dela (...). Nós fomos no instituto médico legal, fez o laudo, foi comprovado violência, entramos com um processo criminal que tá até hoje rolando na justiça." E um outro caso, onde "os patrões deram Cibalina com Coca-Cola pra quatro costureiras fazê bonê pras eleições de 1988, e elas trabalharam três dias consecutivos sem ir em casa, soltando essa produção em função das eleições e depois foram acusadas de ladras, porque tinham roubado as máquinas; um ladrão entrou lá e roubou, mas as mulheres que pagaram o pato." A violência nas fábricas é tamanha, chega-se ao ponto de "revistarem bolsas das mulheres, colocarem cadeado no banheiro (...) pras mulheres sô irem ao banheiro no horário do café, como se a gente determinasse o nosso organismo, as nossas necessidades biológicas." Inclusive, a própria MARIA DE FÁTIMA já foi ameaçada por patrões e patroas que chegaram a ir no Sindicato para, como ela própria relata, "me pegarem e que eu não perco por esperar." ³⁹

Com relação às questões salariais a militante observa

"que o homem dentro da mesma profissão, o salário dele é maior do que o (...) da mulher (...). As funções são iguais, mas os salários diferentes". ⁴⁰

Quanto à luta das mulheres cutistas por 30% nos cargos de diretoria da Central, MARIA DE FÁTIMA avalia:

"Eu participei do processo e inicialmente eu achei que era uma própria discriminação que a gente iria ter se criasse os 30% (tanto no PT quanto na CUT). Eu não concordava inicialmente com essa discussão. Sô que depois com várias argumentações, discu-

39. Idem, ibidem.

40. Idem, ibidem.

tindo com outras mulheres eu percebi (...) que se a gente..., o meu pensamento é assim: cada mulher tem que usar e ocupar seu espaço. Sô que a gente tenta, nê? Porque tanto dentro do PT, quanto dentro da CUT, são machistas demais, nê? Eu faço uma avaliação que eu fui uma das fundadoras da CUT regional e estadual em 83/84 (...) e fui tesoureira (...). Hoje eu já vejo que eu enquanto mulher sou boicotada. Se hoje eu reivindico espaço de tesoureira, de secretária, isso é complicado. A competição masculina é muito forte e a gente fica marginalizada, vai excluindo. Então, por isso que no Congresso Estadual tanto do PT, quanto da CUT, eu defendi os 30%, porque é uma forma da gente forçar a participação. Tem que tê o 30%, certo? (...) Antes eu não entendia (...). A gente conquista, eles não escutam a gente. Então nós temos que lutar pelos 30% (...). Eu cheguei a conclusão que se a gente não parti por algum número, a gente vai ficar discriminada o resto da vida, porque nossos companheiros são machistas dentro do movimento sindical e do movimento popular. (...) Enquanto nós mulheres ficarmos de braços cruzados, chorando as mágoa, num vai resolver a situação."⁴¹

Nossa entrevistada entende que a situação vai se resolvendo na medida em que

"a gente parte pra luta e vai nos organizando. É a única saída, porque nossos companheiros tem um discurso e na prática são outros. Com as próprias companheiras dentro da CUT e do PT (...) tem pessoa que bate nas mulheres, tã? Pessoa no movimento sindical que eles tão lá na casa deles, eles bate, eles aprontam com as mulheres (...). A mulher fica cozinhando, cuidando dos filhos e eles ficam no movimento sindical falando em transformação da sociedade, do socialismo. E aí eu pergunto: que tipo de transformação de sociedade nós queremos? Vamos reproduzir o nosso capitalismo, nosso machismo? Dentro de um contexto que sô vi mudã de nome? (...) Ou a gente quer dar o exemplo de vida na prática, no dia-a-dia? Eu acho que a gente tem que compartilhar, tem que ser companheiro, respeitando as diferenças e ações."⁴²

No que se refere a participação feminina no sindicato,

41. Idem, ibidem.

42. Idem, ibidem.

MARIA DE FÁTIMA, acrescenta:

"(...) Nossa participação politicamente, na política sindical é difícil. A maioria são casadas, mães de família, né? No movimento sindical que é uma experiência que a gente vive, apesar de eu ser solteira (...), enquanto as companheiras que são casadas, que são desquitadas, que dão muito desquitada na nossa categoria, elas têm uma dificuldade de participar por causa do machismo e da dupla jornada. O marido não deixa participar, principalmente no movimento sindical a gente percebe que a participação da mulher cai, porque os companheiros não socializa pra dar oportunidade delas participarem. Não é que elas são burras e que não sabem fazer." ⁴³ Muitas vezes, há a percepção por parte da liderança que "num há uma questão de conscientização de que a mulher tem que lutar pelos seus direitos. E a luta individual não vai resolver, tem que ser na coletividade. Outra coisa é a dupla jornada (...). Chega, trabalha na fábrica, costura o dia todo, passa (...), depois volta (...) tem que cuidar de marido, de filho e fazer janta pra no outro dia fazer as marmitas de madrugada pra levar, fazer as horas extra (...)." ⁴³

Analisando os **movimentos populares** em Uberlândia percebemos que eles têm um histórico importante de participação, a partir de suas lutas concretas (como o movimento contra a carestia, a luta das associações de bairros, resistência à ditadura militar, na luta contra a Nova República e contra o plano de arrocho e recessão do governo COLLOR). Enfrentam diretamente o Estado diante das tentativas dos governantes de jogar a crise do capitalismo nas costas do povo. O movimento popular atrai e organiza aqueles que não têm como participar do movimento sindical - as donas-de-casa, por exemplo.

É próprio das organizações da sociedade civil, dos movimentos populares, serem a expressão diversa, plural, diferenciada das aspirações e interesses de uma imensa multiplicidade

43. Idem, ibidem.

de grupos, movimentos, tendências, forças sociais, que buscam não universalizar os seus projetos num dado contexto, mas individualizá-los dentro de uma sociedade diversa. A especificidade dos movimentos populares está, portanto, como podemos observar, na sua diversidade e autonomia em relação aos partidos e ao Estado. O movimento popular é o campo do plural, do diverso e a condição democrática de seu desenvolvimento é a autonomia.

Os movimentos populares têm encontrado muitas formas de se articularem a nível local, regional e nacional. Em Uberlândia há um grande número de associações de moradores, sendo a presença feminina bastante significativa. É interessante perceber através das entrevistas, por exemplo, que quando uma associação reivindica e luta pela implementação de creches, essa luta aparece como sendo exclusivamente feminina, como se somente a mãe fosse responsável pelos filhos, ou seja, a maternidade é um fato, enquanto a paternidade aparece como uma possibilidade. Não há, ainda, a percepção clara de que os filhos são uma incumbência dos pais (não só da mãe) e da sociedade. Por outro lado, quando se trata de outras questões, os homens é que dão o caráter das discussões, pois são, pressupostamente, os "detentores do saber e do poder" e elas são apenas "esposas, mães e donas-de-casa".

O Encontro Nacional de Mulheres em 1982 que contou com forte participação de militantes femininas dos movimentos sindical, popular e partidário, contando com a participação de mulheres também de Uberlândia, terminou em melancólica agressão física entre mulheres que se "degladiavam" por palavras de ordem partidárias, não por idéias ou reivindicações femininas. No entanto, a partir de círculos e grupos de discussão local, regional e nacional, nos anos subsequentes cresceram as reivindicações das

mulheres nas pautas sindicais, partidárias e nos movimentos populares.

Cabe lembrar que o adjetivo popular não expressa necessariamente e automaticamente o substantivo democracia. Muitos movimentos e organizações populares podem representar interesses e propostas conservadoras e autoritárias. O movimento popular também é atravessado pelas contradições de classe, de projetos de sociedade que disputam hegemonia em nosso mundo, país e cidade. Por isso mesmo, a questão da democracia deve ser a referência fundamental tanto para se discutir a relação Movimentos/Partidos e Sindicatos, como para se pensar a própria existência e articulação desses movimentos. Sem o norte de uma sociedade igualitária, libertária, democrática o caminho nos parece obscuro.

Há, em Uberlândia, já em alguns bairros - Bom Jesus , Dom Almir, Liberdade, Guarani e Alvorada - um impulsionamento , ainda pequeno, da articulação e integração do movimento de mulheres ao conjunto das lutas do movimento popular e sindical , sendo experiências interessantes por trazerem à tona temas até então pouco refletidos pela maioria das mulheres integradas aos movimentos.

CAPÍTULO III

O COTIDIANO DA MULHER TRABALHADORA

"Me querem mãe/e me querem fêmea,/me querem líder/e me fazem submissa,/me fazem omissa/e me cobram participação,/me impedem de ir/ e me cobram a busca,/me enclausuram nas prendas do lar/e me cobram conscientização,/ me tolgem os movimentos/e me querem ágil,/ me castram os desejos/e me querem no cio,/me tolgem o canto e me querem música,/me apertam os cintos/e me cobram liberdade./E me atrofiam e cobram/- e as crianças?/- me impedem de ir/- mais tarde, um dia./Me impõem modelos,/gestos, atitudes/ e comportamentos./ E me querem única./Me castram,/podam, falam/ e decidem por mim./E me querem plena..."

[Descompasso de Hílma Kamauro]

. AS VÁRIAS FACES DE UMA MESMA DOMINAÇÃO

A dominação exercida sobre a mulher permeia os mais diversos campos de sua experiência, de suas relações, enfim de sua inserção no social. Tal dominação mostra-se sob múltiplas faces, não escolhe local, nem situação apropriados para se efetivar.

No que se refere ao **trabalho doméstico**, uma série de estudos vem colocando em questão as análises tradicionais que afirmam ser o trabalho realizado na esfera doméstica não produtor de valor social.

Como ressalta GLÁUCIA, "a opressão feminina é histórica e o capitalismo usufrui disto. **O trabalho doméstico não tem valor produtivo, mas possui valor social**, no entanto, não é reconhecido por não gerar capital. É um trabalho inferiorizado, sendo, por isso, **trabalho de mulher**".⁴⁴ [Grifos nossos].

Em seu texto "Trabalho de Mulher não Tem Fim", SONIA nos mostra que a ironia que se oculta por trás da família ideal

44. Entrevista realizada no dia 01/06/1991 em Uberlândia com GLÁUCIA DE FÁTIMA MATOS, militante petista e feminista.

mente feliz, lugar de repouso, é o desgaste da força de trabalho feminina. Caso se admitisse que a família, em geral, se mantém às custas da mulher, o capitalismo teria que imaginar outro meio de conseguir que o trabalho doméstico fosse realizado. Embora isto seja concebível, e o trabalho doméstico possa ser socializado dentro do capitalismo, as conseqüências políticas e sociais, além do custo econômico, seriam consideráveis. No momento é aparentemente mais proveitoso para o sistema capitalista continuar a "preservar a família".⁴⁵

A hegemonia cultural masculina neste sistema confundiu ainda mais a questão. O trabalho no regime capitalista é visto, muitas vezes, como algo para os homens, uma vez que as tarefas domésticas não se ajustam à idéia dominante de trabalho, deixando misteriosamente de ser trabalho, sendo consideradas tarefas femininas. Numa sociedade baseada na produção de mercadorias, não é em geral considerado "verdadeiro" trabalho, já que não é comercializado. No entanto, o trabalho doméstico, inclusive o cuidado com os filhos, constitui um grande volume de produção socialmente necessária.⁴⁶

Nesse sentido, o homem é forçado a usar do dispendio de sua mulher na família a fim de receber dinheiro na forma de salário. Ou seja, para sobreviver ele depende do "não-trabalho" dela que às vezes se estende para mais de 80 horas semanais.⁴⁷

Um dos elementos centrais na manutenção da opressão e subordinação das mulheres é o papel específico que lhe é atribuído na família, como a responsável pelo trabalho doméstico e

45. _____, Sonia. "Trabalho de Mulher não Tem Fim". In: _____. A CONSCIENTIZAÇÃO DA MULHER NO MUNDO DO HOMEM. São Paulo: Ed. Globo, _____ (mimeo).

46. Idem.

47. Idem, *ibidem*.

o cuidado com os filhos. Embora o cuidado geral com os filhos seja colocado, com frequência, como responsabilidade do pai, é sobre a mulher que recai o peso cotidiano desta tarefa. Assim, como comenta GLÁUCIA,

"os resultados positivos em casa são créditos do pai, os negativos culpa da mãe".⁴⁸

Em entrevista com LARA C. DIAS, mãe, esposa e dona-de-casa, que representa não só a sua, mas a realidade de muitas mulheres em Uberlândia, verificamos que há ainda uma série de dificuldades por parte dos homens em dividirem as tarefas domésticas com suas esposas, assim como para a sociedade em geral valorizar esta atividade. Impulsos de conformação e de resistência permeiam as mulheres. É assim que LARA discorre sobre seu cotidiano:

"(...) eu fico em casa, cuido da minha filha, arrumo, lavo, passo, arrumo a minha casa, trabalho doméstico. Acho que sem ele a casa não sobreviveria. Como que, por exemplo, meu marido iria trabalhar sem almoçar, roupa sem passar, num tinha jeito, né? Então, acho que é importante e, também, a criação dos filhos (...). (...) Tem dia que a gente fica com vontade de fazer outra coisa, de sair e tal, num tem jeito, tem que ser isso mesmo. (...) No meu caso tenho que esperar a minha filha interar (...) a idade certa, pra mim colocar na escola pra eu fazê alguma coisa: ou estudar, fazê faculdade ou trabalhar (...). Meu marido não ajuda a dividir as tarefas em casa, ele acha que é coisa de mulher. (...) Num sei se não sabe, se não gosta, mas assim de vez em quando, até que ele dá banho na nossa filha, mas muito de vez em quando, não é muito dele fazê isso não. (...) A gente já acostumou com isso. No começo tinha briga, mas agora não tem mais não, porque não adianta brigar, vai ser assim mesmo! Ele argumenta comigo que ele já trabalha fora (...), mas de manhã ele num trabalha e também não ajuda em casa".⁴⁹

48. Entrevista realizada no dia 01/06/1991 em Uberlândia com GLÁUCIA DE FÁTIMA MATOS, militante petista e feminista.

49. Entrevista realizada no dia 10/10/1992 em Uberlândia com LARA C. DIAS, de classe média, mãe, esposa e trabalhadora em casa.

Com relação ao valor do trabalho doméstico, LARA acrescenta que

*"normalmente quando pergunta pra gente, o que que a gente faz, a gente responde: nada. Não faço nada, pensa que trabalhar em casa não faz nada, mas na realidade a gente faz é muita coisa. Chega no final do dia a gente tá cansada e num quê vê nem louça suja (...). Nosso trabalho é de 24 horas."*⁵⁰

A luta pela responsabilização social - e não familiar - sobre as tarefas domésticas cobra medidas concretas que signifiquem os primeiros passos na sua socialização. A socialização do trabalho doméstico é uma medida indispensável para proporcionar às mulheres condições materiais de romper com seu papel tradicional de dona-de-casa, mãe e esposa. É neste quadro que se coloca, do ponto de vista das mulheres, a luta por creches, associada à cobrança da responsabilização dos homens frente à paternidade.

Como ressalta LARA "a gente tá evitando filhos. Se tivesse uma coisa melhor, alguma creche, uma coisa melhor no bairro [ela mora no Bairro Cidade Jardim] pra mim deixã, sem preocupação com os filhos, até que a gente poderia ter outros filhos. Mas como não tem creche no meu bairro e as próximas ao bairro estão sempre lotadas, ou não têm uma qualidade boa, então a gente acaba sacrificando, né? Num vai ter outro filho tão cedo até que a gente tenha condição de criã (...). A gente não tem condição de ter empregada."⁵¹

Exatamente por ser uma necessidade imediata a luta por creches tem sido capaz de mobilizar muitas mulheres - como ocorre nos bairros Jardim Brasília, Tocantins, Rezende, dentre outros em Uberlândia - e mesmo impulsionar em alguns locais processos de organização massivos do movimento. É assim que, como

50. Idem.

51. Idem, ibidem.

coloca "LIZA" PRADO,

"quando eu fui da Associação de Moradores do Rezende, foi uma luta que nós tivemos lá alguns anos pra construir uma creche que é uma das melhores de Uberlândia (...). Era uma preocupação(...). Foi um grupo da comunidade, a igreja onde eu participava na época, os estudantes, os moradores do bairro, era uma creche comunitária."⁵²

Também no trabalho de mulheres no campo sindical, a bandeira de creches vem demonstrando sua importância, a partir dos últimos anos quando se iniciou o processo mais sistemático de organização das mulheres dentro do movimento sindical.

A luta por creches se desdobra na reivindicação e efetivação de: creches gratuitas nos locais de trabalho e moradia, para crianças de 0 a 7 anos, mantidas pelo Estado e pelas empresas; controle da sua qualidade e funcionamento pelos pais e reformulação nos cursos de formação de profissionais para o trabalho nas creches.

Outra análise que nos parece bastante significativa para os objetivos do presente trabalho diz respeito aos casamentos e separações. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de casamentos no Brasil tem caído nos últimos anos, pois, enquanto a população cresce a uma taxa de 3,5% ao ano, os casamentos têm crescido a 2%. Entre 1984 e 1987, as separações subiram 33% e o número de mães solteiras aumentou em 22%. Em 1960, as uniões não legalizadas representavam 6,4% do total de casais vivendo juntos; em 1980, elas correspondem a 11,65%. Ainda segundo o IBGE, de 1970 para 1986, o número de pessoas morando sozinhas dobrou, chegando a 2 milhões em 1986. Desse total, 37% eram mulheres.

52. Entrevista realizada no dia 22/10/1992 em Uberlândia com ILIZAMAR FERNANDES PRADO DA COSTA, militante do PC do B e única mulher vereadora em Uberlândia.

Há indicações claras, também, de que a mulher tem assumido mais efetivamente o papel de chefe de família. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio), realizada em 1985 pelo IBGE, 19,2% das famílias são chefiadas por mulheres - contra 15% registrados em 1977.

Tem-se notado, também, uma tendência da família brasileira constituir-se em núcleos cada vez menores. Até 1970, 25% das famílias eram constituídas por sete pessoas ou mais; em 1980, esse índice havia caído para 18%. A grande família torna-se nuclear e as relações dentro dela vão se modificando.

Esses dados nos mostram que no seu dia a dia a mulher vem transformando sua prática social e estabelecendo outras regras de convivência coletiva em suas relações interpessoais.

A mulher saiu de casa para o mercado de trabalho. Reformulou seu papel social, sem que houvesse a necessária contrapartida da reformulação do papel do homem. Muitas crêem que cabe a ele, agora, percorrer o caminho inverso, dividindo as tarefas domésticas com sua companheira, por exemplo, para que não haja mais dupla ou tripla jornada.

Por outro lado, parece necessário pressionar o Estado para que este assuma suas responsabilidades, como já foi dito, com a criação de infraestrutura como escolas, creches que permita à mulher sair de casa.

"A criação e educação dos filhos é um fato, social, não apenas um problema do casal ou da mulher", ⁵³ considera BRANCA.

Não é tão-somente no âmbito doméstico que se realiza

53. ALVES, Branca Moreira. "Feminismo 29 anos Depois". In: _____. REVISTA CLÁUDIA, out. 1990. p.48.

a ideologia da feminilidade. Ela ultrapassa os muros da casa e se verifica também no tipo de formação e de atividade profissional da mulher no mercado de trabalho. Demarca, assim, espaços femininos e masculinos no mundo externo. Determinadas carreiras ou funções são próprias à mulher, na medida em que se adequam à sua "natureza". Talvez, seja mais sensato, ao invés de "natureza", falarmos em condicionamento.

Importante verificarmos que é na relação entre capital X trabalho que se têm organizado as grandes batalhas contra a dominação. Afinal, além de trabalhadora, a mulher é mulher e isto implica duas frentes de batalha contra a dominação, na qual ela se insere.

No Brasil, conforme analisam ALVES & PITANGUY, o trabalho profissional da mulher concentra-se majoritariamente no setor de prestação de serviços. Quer seja como empregada doméstica, onde ela substitui outra mulher nas tarefas que são "específicas" ao seu sexo, quer seja nos serviços de escritório, no magistério, na enfermagem; ela cuida, serve, atende e ensina. Também na atividade fabril, ela exerce frequentemente tarefas que exigem maior paciência, minúcia, imobilidade, sacrifícios que supostamente seriam melhor suportados pela mulher, tendo em vista suas "qualidades intrínsecas". Um exemplo é a grande utilização da mão-de-obra feminina na indústria eletrônica, nas tarefas de maior precisão.⁵⁴

A esta demarcação de funções corresponde uma desvalorização de tarefas e uma diferenciação de níveis salariais entre homens e mulheres. Acrescentam-se ainda os obstáculos que se contrapõem à sua ascensão profissional, resultando no pequeno número de mulheres exercendo cargos de chefia nas mais varia

54. ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. O QUE É FEMINISMO. 4 ed., São Paulo: Brasiliense, 1984. pp.65-6.

das esferas de atividades profissionais, principalmente em se tratando de cidades de pequeno ou médio porte.

Diante da situação em que vive a mulher brasileira e em particular a mulher uberlandense hoje, os movimentos femininos locais têm colocado como bandeiras de luta: para funções iguais, salários e direitos iguais; igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho e à ascensão e aprimoramento profissional; licença-maternidade com garantia de emprego; fim dos controles e disciplina rígida nos locais de trabalho; denúncia permanente de todas as formas de violência, agressão sexual e pessoal, exercidas sobre as mulheres; contra os critérios de seleção que discriminam as mulheres, seja através do preconceito racial, por critérios estéticos, idade ou por ser mãe solteira ou mulher casada. Todas essas reivindicações são parte do processo de conscientização da mulher de seu próprio valor e da necessidade de que ela se coloque como agente de sua própria libertação.

Nesse momento de busca e de transformação, ainda que os papéis sociais-sexuais tenham sido alterados no que diz respeito ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, paradoxalmente as mulheres se vêem assoberbadas pelo duplo papel que passaram a cumprir, assumindo com o homem o sustento da família, mas não partilhando com ele os encargos domésticos. É verdade que já existem tentativas individuais de estabelecimento de uma nova relação homem-mulher, mas estas experiências não constituem uma prática social generalizada, sendo mais comuns nos grandes centros e com menor intensidade no interior, em ambos os casos, principalmente na classe média.

Através da observação do cotidiano da mulher trabalhadora pobre em Uberlândia podemos verificar que há em suas práticas no dia-a-dia um misto de conformismo e resistência diante da

opressão e dominação a que são submetidas, como fica evidenciado na fala de ECIMAR CUNHA que acumula ao mesmo tempo as funções de mãe, dona-de-casa, esposa e empregada doméstica:

vai até 17:30 da tarde (...). (...) Os meus filhos ficam com a minha irmã, né? E aí ela olha eles pra mim e eu saio pra trabalhar. A tarde eu chego e tenho que arrumã a bagunça, que tã tudo bagunçado, né? (...) Meu marido trabalha (...) e quando ele chega em casa num divide as tarefas não, é só eu sozinha. (...) Isso é porque ele acha que eu que tenho que ficã em casa pra arrumã tudo, né? Então ele num tem..., ele é homem e diz que não pode fazê isso. (...) Eu aceito, né? Porque senão se for criticar aí fica pior, porque aí a gente vai brigã, então é melhor eu fazê minhas coisa e ele ficã lã (...). ⁵⁵

Ou seja, se por um lado há toda esta conformação, por outro,

"Eu acho que hoje em dia (...) a gente tem que saí, tem que batalhã pra gente procurar uma vida melhor pra gente, né? Porque hoje em dia, dinheiro de marido num dá mesmo, num sobra, mesmo se dêsse eles num dá não. Então a gente tem que ajudã dum jeito ou de outro. (...) Hoje em dia tem muitas mulher que num sai pra trabalhã porque os marido num deixa. Eu acho que a gente tem que batê o pē e falã que vai e saí mesmo. Porque eu era uma que num saia de jeito nenhum. Até um ano de casada 'cê num sai, porque mulher minha num trabãia pra fora'. Depois de um ano, as coisa aperta, ah, hoje tenho que saí mesmo e trabalho". ⁵⁶

Os problemas são vários quando da predisposição para que se alterem as relações homem-mulher. Existe a questão de transferência de identidade para a sexualidade, como se queixa GLÁUCIA em sua entrevista. Há, muitas vezes,

"a pressuposição social de que se um homem arruma casa, olha os filhos e cozinha ele é afeminado ou a mulher manda nele. Se há troca de papéis e a mulher assume os papéis designados ao homem

55. Entrevista realizada no dia 23/10/1992 em Uberlândia com ECIMAR CUNHA COSTA, empregada doméstica, mãe e esposa.

56. Idem.

*ela é tida como 'sapatão', masculinizada, pois não está dentro do modelo a ela predeterminado."*⁵⁷

Com a divisão sexual do trabalho, historicamente tem-se efetivado papéis diferenciados na sociedade. O lugar e os papéis da mulher relacionam-se prioritariamente com o privado, o lar, o fechado, o casamento, a maternidade, a procriação; enquanto as ações masculinas voltam-se para o público, para o "lá fora", o conversar, o negociar, a poligamia (sem, por isso, perder a moral). Já que os papéis são construções culturais e ideológicas pode e deve haver a divisão das tarefas de modo que não haja a sobrecarga ou discriminação da mulher.

Apesar da importância da mulher, principalmente das casadas, para o próprio funcionamento do sistema capitalista como parte essencial e mantenedora da força de trabalho, os patrões ainda são capazes de se portar como se estivessem fazendo um favor ao empregar uma mulher. Agem, ainda, como se as mulheres devessem estar, de certo modo, gratas pela chance de serem exploradas. Isso é particularmente irônico em vista da verdadeira natureza dos empregos categorizados como "trabalho feminino". O único fator que tais empregos têm em comum é o salário baixo, o que significa que o lucro obtido pelo capitalismo às custas da mulher é imediato.

Uma vez que o conceito de "trabalho feminino" é apenas aparentemente racional, sendo na verdade uma justificativa para a vigente desigualdade de poder social entre o homem e a mulher, as ditas aptidões "naturais" femininas são "avaliadas" em termos monetários. De fato, quanto mais semelhante às tarefas domésticas é o trabalho, menos apresenta "status" de "verda

57. Entrevista realizada no dia 01/06/1991 em Uberlândia com GLÁUCIA DE FÁTIMA MATOS, militante petista e feminista.

deiro" trabalho.

Vimos que o homem é forçado, então, a usar do dispêndio de sua mulher ou família a fim de obter dinheiro na forma de salário. Para sobreviver ele depende do "não-trabalho" dela e está condicionado a ver o mundo através da ótica masculina da evolução e persistência do poder do homem. Embora ao operário, ou ao negro enquanto trabalhadores seja concedida uma parcela desigual desse poder, o trabalhador do sexo masculino recebe ainda as sobras da classe dominante.

A questão salarial é muito problemática. Na falta de dados sobre esta questão em Uberlândia, mas sabendo que a cidade reflete o quadro nacional, observamos que em 1976, o IPE (Instituto de Pesquisas Econômicas), ligado à Universidade de São Paulo, demonstra que o salário dos homens é 57% maior que o das mulheres, em todos os cargos da indústria paulista. E mesmo em atividades consideradas "femininas", os salários dos homens eram 25% maiores. Essa situação parece não ter se alterado muito na década de 80, apesar de haver um nítido crescimento da participação da mulher em áreas tradicionalmente masculinas e em cargos de chefia e gerência.

Do ponto de vista estratégico, como ressalta SONIA, somente organizando-se com outros trabalhadores mal remunerados as mulheres conseguem equidade salarial. A paridade salarial, no capitalismo, representa uma racionalização da força de trabalho com salários iguais, as mulheres ficam nitidamente entre a força de trabalho de mais baixa remuneração e não numa categoria específica de mão-de-obra empregada "por favor" pelo capitalismo. A paridade, uma vez conquistada, é um ponto de partida para a organização feminina. Em termos de consciência, ela pode advir em parte do trabalho, mas precisa resultar também de to-

dos os demais aspectos da vida - de todos os momentos de sujeição que contribuem para rebaixar a mulher e que, muitos homens, inclusive membros de partidos e sindicatos mais progressistas e comprometidos com a luta popular ignoram quando exigem ser os senhores de suas casas.⁵⁸

A contenção exercida sobre a **sexualidade** da mulher é uma forma de limitação de sua potencialidade. Apoiando-se no da do biológico, nossa cultura enfatiza e supervaloriza a função da reprodução, que passa a se confundir com a própria "essência" do "ser mulher".

A segurança da paternidade depende do controle da atividade sexual da mulher. Este controle se efetiva em tabus e proibições sexuais que rondam o corpo feminino, impregnando a experiência concreta de vida da mulher.

O papel da sexualidade visto como um direito ao prazer é inseparável da idéia de libertação das mulheres e mexe em preconceitos e tabus fortemente arraigados. Ao entender a atividade sexual como parte integrante do desenvolvimento sadio do ser humano, independente de sua função procriativa, pode-se questionar as concepções da moral tradicional quanto à sexualidade feminina e colocar em questão comportamentos sexuais de homens e mulheres. A "dupla moral" que estimula a atividade sexual do homem - o macho potente, cujo modelo é o desempenho - e inibe a da mulher - através do recato, pudor feminino, cujo modelo é a limitação e a contenção - traz em si a negação do reconhecimento à sexualidade feminina. A virgindade, a castidade, a passividade sexual, a carga de tabus e preconceitos e as consequências dessa moral são diretamente sentidas, ainda nos dias de ho

58. , Sonia. Op. cit.

je, nos relacionamentos, constituindo, muitas vezes, os principais elementos socializadores da sexualidade feminina.

O moralismo, quem sabe, pseudo-moralismo uberlandense aparece em destaque como capa da REVISTA VEJA de 1987 na reportagem "Crise à Distância"⁵⁹, onde surpreendentemente a sociedade de Uberlândia é apresentada de maneira distorcida e equivocada, retratando a realidade segundo interesses de uma minoria e generalizando que a mulher uberlandense está preocupada com a virgindade, a tradição, os "bons costumes" e a moral:

"Valéria a mis Uberlândia: 'A virgindade é respeitada' (p.68); Ana Cláudia, a garota Praia Clube: 'Biquíni cavado, nem pensar'" (p.72).

Esse discurso aparece como uma afronta para as mulheres que já estão mudando as relações pessoais e sociais e são hoje agentes de transformação da sociedade. Além disso, Uberlândia não está longe da crise como faz parecer a reportagem:

"sem favelas, mendigos e desemprego, Uberlândia começou como em troncamento de caminhos e hoje é uma cidade modelo". (p.73).

Outra problemática é a de que a ideologia dominante ao excluir a mulher como sujeito e tratá-la como objeto, vem transformando muitas mulheres em objeto de pesquisas, em vítimas de programas de controle de natalidade e políticas demográficas. A partir daí se justifica a invasão do corpo feminino através de medicamentos, principalmente anticoncepcionais. Objetiva-se atingir as mulheres, em especial do Terceiro Mundo, visando a redução da população mundial. As principais atingidas são as mulheres pobres.

59. Capa: Uberlândia(M.G.) Sua Vida e Seus Costumes. Interior um Brasil Longe da Crise.

Reportagem: Crise à Distância. In: REVISTA VEJA, nº1002, 18 de novembro de 1987.pp.67-73.

Diretamente relacionada à questão da colocação da mulher como sujeito de sua própria sexualidade há o campo da saúde. A luta pelo atendimento à saúde integral da mulher, entendendo esse conceito como algo que vê a mulher em todas as suas necessidades básicas de desenvolvimento específico, desde o despertar de sua sexualidade, menarca (primeira menstruação), mudanças corporais, aspectos psicofisiológicos da sexualidade, da procriação (gravidez, parto, pós-parto, aleitamento), da anticoncepção e do aborto, maturidade, menopausa e velhice são aspectos que devem ser levantados e discutidos com profundidade já que o desconhecimento da mulher sobre seu corpo gera uma alienação, uma perda de capacidade de controle sobre suas funções.

Nesse sentido, muitas mulheres uberlandenses através de suas entidades têm reivindicado políticas públicas de atendimento à saúde da mulher e hospital municipal.

Falar, portanto, em política do corpo é denunciar a hipocrisia que reina na política oficial do atendimento à saúde da mulher: "o aborto não existe". Trata-se, sem dúvida, de uma questão grave, polêmica, controversa, influenciada diretamente pela igreja, mas certamente não é "um caso de polícia". As complicações de saúde, conseqüências do péssimo atendimento na gravidez, parto, pós-parto e aborto feitos em condições precárias, contribuem para a mortalidade de mulheres e de bebês.

Segundo a uberlandense entrevistada, LARA DIAS, quando interrogada sobre sua opinião acerca do aborto ela responde :

"Ah! Depende da situação, né? Por exemplo, se for um estupro , né? E a mulher eu acho que tem direito dela abortar, se bem que se fosse no meu caso eu não abortaria, porque eu acho que a criança não pode se defender e ela não tem culpa de nada. Mas nessa situação a gente até pode aceitar. Ou então se já sabe que o filho vai nascer anormal, essas coisas... eu acho que já até

é aprovado, num ê? (...) Mas eu sou contra, porque senão essas menininhas ã de 14, 13 anos fica grávida, vai e aborta, porque num tem maturidade pra criar o filho. Eu acho isso errado, eu acho que não devia legalizã o aborto não. (...) Ia ocorrer que nem eu falei: mais abortos. Se sem legalizar já tem tantos, imagina se legalizar. ã todo mundo vai querer fazer aborto." ⁶⁰

Por outro lado, alguns movimentos de mulheres em Uberlândia advogam o aborto livre. Com isso, não estão advogando a utilização do aborto como método contraceptivo, e sim como último recurso ao qual as mulheres devem ter seu direito assegurado, no sentido de garantir que a maternidade seja o resultado de uma opção consciente e não de uma fatalidade biológica. Já não é possível negar, em nome de pseudo-moralismos, uma realidade dramática: aproximadamente um milhão de mulheres morrem no Brasil a cada ano durante a gravidez, por parto e aborto clandestino ⁶¹, ou que o Brasil é campeão mundial de abortos, com aproximadamente 5 milhões de abortos ilegais por ano, respondendo por 10% do total mundial. ⁶²

Assim, as mulheres que já estão num processo de discussão a mais tempo e já tomaram consciência de seus problemas reivindicam assistência integral à saúde da mulher em todas as fases de sua vida; controle rigoroso sobre as pesquisas de medicamentos e proibição da utilização das mulheres como cobaias; estatização da fabricação de anticoncepcionais e garantia da fabricação de todos os métodos que possam facilitar o controle das mulheres sobre sua procriação sem prejuízo à saúde; incentivo à pesquisa de anticoncepcionais masculinos; fim às esterelizações indiscriminadas e legalização do aborto com garantia de sua realização pela rede pública de saúde.

60. Entrevista realizada no dia 19/10/1992 com LARA C. DIAS, mãe, esposa e trabalhadora em casa.

61. Estatística fornecida pela SOF (Sempre Viva Organização e Formação) entidade feminista, 1989.

62. Segundo a Organização Mundial de Saúde em 1989.

Circunscrevendo a sexualidade feminina e determinando uma posição social inferiorizada para a mulher, existe todo um conjunto de idéias, imagens, de crenças, que legitima, perpetua e reproduz a hierarquização de papéis sexuais. Mascara, dessa forma, o seu conteúdo cultural em nome de aspectos naturais que se fundamentam, muitas vezes, na biologia.

As organizações femininas vêm travando uma luta no sentido de denunciar os conceitos de "masculino" e "feminino" na sua oposição de "superior" e "inferior". Esta hierarquização entre masculino - o sexo "forte" - e o feminino - o sexo "frágil" - crêem ser uma construção ideológica e não o reflexo da diferenciação biológica. Afinal, a diferenciação biológica não implica em desigualdade de direitos.

A mesma ideologia que interdita o exercício da sexualidade feminina, restringe as potencialidades do desenvolvimento da mulher, colocando-a, na prática, numa posição desigual frente ao homem. Esta ideologia é transmitida, desde muito cedo, pela família, escola, meios de comunicação, religião, literatura e outros agentes socializadores.

Assim, alguns movimentos femininos procuram, através de uma nova ação pedagógica, demonstrar como os livros didáticos - e analisemos de perto os de história - reproduzem a imagem tradicional da mulher e confirmam a diferenciação de papéis tanto no lar, quanto na esfera profissional: a mulher costura, cozinha, ou varre; o homem lê o jornal. A mulher é enfermeira ou secretária; o homem, médico ou executivo.⁶³

63. Trabalho bastante interessante realizado sobre este tema é o de:

NEGRÃO, Esmeraldo Vailati & AMADO, Tina. A IMAGEM DA MULHER NO LIVRO DIDÁTICO: ESTADO DA ARTE. Departamento de Pesquisas Educacionais, Fundação Carlos Chagas. São Paulo, junho de 1989.

É essa mesma ideologia que também está presente em determinadas obras literárias. Algumas histórias infantis, por exemplo, reproduzem as funções diferenciadas e nos mostram uma mulher passiva à espera de um homem ativo que a "salve"; é passivamente dada em casamento como prêmio, sem que se cogite de sua vontade. Apesar da significativa participação da mulher na vida social e econômica do país a imagem dela passada é, muitas vezes, como se esta fosse um ser frágil e indolente, entretida em bordados, à espera de seu "príncipe encantado".

A publicidade reforça a divisão sexual dos papéis sociais, além de manipular o corpo da mulher enquanto objeto de consumo. Como enfatiza GLÁUCIA,

*"os meios de comunicação incentivam a sexualidade, mas não informam sobre a saúde, o corpo e a sexualidade."*⁶⁴

Outras vezes eles reforçam e mitificam os tabus como ocorre numa entrevista com ANGÉLICA (a apresentadora de Programa Infantil) ao dizer:

*"quando eu casar, espero que a primeira transa seja uma coisa linda."*⁶⁵

Ora, ressalta-se aí a virgindade como o modelo, o "certo" até o casamento. Cria-se, assim, um maniqueísmo entre o sagrado e o profano/pecado, o permitido e o proibido, o bem e o mal, a moça "direita" e a "vagabunda" ou "mulher da vida". Afirma-se uma moral "certa", em detrimento da outra "errada".

O que os movimentos femininos procuram fazer, em suma, é denunciar, desvendar, desmistificar e transformar a construção social da imagem da mulher.

64. Entrevista realizada no dia 01/06/1991 em Uberlândia com GLÁUCIA DE FÁTIMA MATOS, militante petista e feminista.

65. "Angélica, aos 18, Quer Casar Virgem". In: FOLHA DE SÃO PAULO (Folhateen), 10 de fevereiro, 1992.

A própria mulher desenvolve um papel importante enquanto mãe e professora, na transmissão dos valores tradicionais e, portanto, na sua perpetuação. Dessa forma, a superação do machismo, principalmente na educação - que é introjetado inclusive na própria mulher - tem sido uma das metas do movimento feminino em Uberlândia.

Segundo os integrantes do movimento feminino, no que tange às leis são várias as conquistas das mulheres, mas constata também que há muito ainda por que lutar.

A advogada FLORISA VERUCCI tece uma análise da inserção da mulher nas leis e percebe que de 1960 a 1970, ao lado dos índios, dos pródigos e dos menores, o Código Civil considerava a mulher casada "incapaz". Ela não podia trabalhar, assinar contratos e até mesmo receber herança sem autorização do marido. Em 1962, com o Novo Estatuto da Mulher Casada, essas limitações caem por terra. A mulher se torna adulta, só que continua tendo um "cacique", pois o homem ainda é o "chefe da sociedade conjugal".

De 1970 a 1980, a emenda constitucional nº9 e sua lei regulamentadora (Lei nº6515, de 26-12-77) estabelecem o divórcio no país. O casamento não é mais indissolúvel. A família parece se democratizar.

De 1980 a 1990, a nova Constituição promulgada em 1988, apresenta grandes avanços no que diz respeito à família e à mulher. Resta, agora, no entanto, fazer leis ordinárias que coloquem os princípios já garantidos nos códigos. São eles: licença-maternidade, que passa de 90 dias para 120 dias de duração, sem prejuízo do emprego e do salário; licença-paternidade,

*Ministro de Educação de Minas Gerais
Deputado Federal de Minas Gerais
Assessoria de Imprensa*

que por ocasião do nascimento da criança o pai tem cinco dias úteis de licença; chefia do casal, onde pela nova Constituição "os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher", não existindo mais a figura do cabeça do casal; direito da companheira, onde ainda não há uma lei específica que regulamente o concubinato, mas a Constituição reconhece a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento; trabalho noturno, onde a partir de outubro de 1989, não existe mais nenhuma limitação para o exercício do trabalho noturno feminino. As leis trabalhistas, sob a alegação de proteger a mulher, na realidade a discriminava, determinando quais os setores em que ela poderia exercer atividades noturnas. Também foi revogado o artigo que proibia o trabalho da mulher em mineração, pedreiras e em obras de construção civil.

Apesar de todas estas conquistas, acrescenta FLORISA, que, o que gira em torno da sexualidade da mulher ainda está atrasado do ponto de vista jurídico. A lei brasileira não acompanhou a mudança de mentalidade que os ventos libertários da década de 60 ocasionaram, principalmente nas cabeças mais jovens. Nesse sentido, os movimentos femininos têm um longo caminho a percorrer.

No caso do adultério, de acordo com nosso Código Penal, tanto a mulher como o homem ainda podem ser condenados. A pena é de quinze dias a seis meses de detenção.

No que diz respeito ao estupro, está na hora de deixar de ser considerado um crime contra os costumes - dando a entender que a sociedade e não a mulher é ofendida - e passar a ser penalizado como um crime contra a pessoa - mais grave, julgado pelo júri e com altos índices de punição. Isso já ocorre em

legislações mais avançadas, como a da Itália e da Suécia, em que, além de ser considerado agressão física qualificada, não pode ter como defesa a clássica alegação de que a mulher provocou o crime. Outra falha da lei é chamar de estupro apenas a penetração vaginal. Todos os outros atos são classificados entre os crimes de atentado violento ao pudor, inclusive o coito anal, freqüente nessas situações.

Quanto ao aborto, permanece como crime, salvo em caso de gravidez decorrente de estupro ou que coloque em risco a vida da gestante.

Sobre a virgindade, no Código Civil, o "defloramento" da mulher ignorado pelo marido é classificado como "erro essencial de pessoa", tendo o homem o direito de pedir a anulação do casamento.

Em termos de herança, ainda não foi revogado o artigo do Código Civil que permite ao pai deserdar a filha considerada "desonesta", se ela viver sob o seu teto. Entenda-se aí por desonestidade o comportamento sexual da filha em desacordo com a moral paterna.⁶⁶

O movimento de mulheres em geral vem denunciando a **violência** a que a mulher é submetida e que se atualiza na agressão física, violência doméstica e profissional.

Um lado da violência, cuja presença nos jornais é apenas circunstancial, é o que atinge especificamente as mulhe

66. VERUCCI, Florisa. "Década por Década, o que mudou na lei". IN: REVISTA CLÁUDIA, out. 1990. p.53.

Florisa é advogada e feminista, tendo participado da Comissão Afonso Arinos que elaborou o anteprojeto da nova Constituição de 1988.

res. Há gradações: "cantadas" inconvenientes e perseguições, e na maior parte das vezes, dentro das quatro paredes do lar, ameaças e espancamentos, estupros e assassinatos, a conhecida "violência doméstica".

Nossa entrevistada LARA DIAS, relata-nos que seu marido trabalha na área criminal do Fórum e que eles ficam a par de muitos casos chocantes de violência, a maior parte das denúncias dizem respeito à violência doméstica, em Uberlândia. É assim que nos conta:

"(...) o pai esmagou o crânio do filhinho de seis meses, porque alegava num ser da mulher dele. Olha que absurdo! E a gente fica sabendo assim de muita coisa estranha desse tipo. O pai da criança pegou o crânio da criança, botou no meio das pernas assim e enfiou o dedo no olho da criança, furou o olho dela e esmagou o crânio da criança e tudo, olha que absurdo! São porque ele achava ... às vezes era até filho dele mesmo, porque ele se parou da mulher dele e a mulher dele arranhou outra pessoa; um namorado. Aí ele foi e matou a criança, falando que aí ia dar mais sossego pra mãe da criança ficar com o outro (...). (...) Também a gente tem que vê que ele é uma pessoa pobre e no meio em que ele vivia, passava fome, dificuldade e tudo. Às vezes, a pena dele, eu acho, que deveria ser menor do que uma pessoa rica, que vive na cidade e tudo, se matasse a criança, porque ele já vive num meio tudo errado, num tem nada, é tudo assim difícil. (...) Fica naquele meio, só passa dificuldade, só vê tragédia, fica desempregado, a mulher lá reclamando que num tem comida, não tem roupa e isso tudo. Eu acho que acarreta ele ficar mais agressivo (...)." ⁶⁷

Outro caso recente (1992) que apareceu no Fórum, na Defensoria Pública que abalou a população uberlandense é contado por nossa entrevistada

"(...) chegou lá a mãe com o filho todo retorcendo os bracinhos

67. Entrevista realizada no dia 19/10/1992 com LARA C. DIAS, mãe, esposa e trabalhadora em casa.

assim, aí perguntaram pra ela o que que tinha acontecido e ela falô assim que o pai dela estuprava ela e a irmã dela ... desde quando elas eram novinhas. Na época ela tinha sete anos, hoje ela tem dezessete e a irmã dela é mais velha que ela. Aí que ela teve que fugi de casa pra ir lá no Fórum pra denunciã o pai dela que já tá até preso provisoriamente, aguardando julgamento. Mas aí... o menininho era filho dela com o pai dela. Ele não tem nenhum problema de cerêbro não, é só o problema motor. Os m^usculos dele não trabalham direito. Agora cê vê, uma criança que nunca vai falã, nunca vai andã (...). E ele não é pessoa pobre não, é pessoa rica, tem muitos im^oveis aqui dentro da cidade. E como é que acontece isso e agora depois de dez anos que a menina conseguiu ir lá e contã. (...) E ainda tem que o pessoal fala que ele matô a mãe dessas meninas. Que a mãe sumiu, nunca mais apareceu. Ele tem uma amãsia lá também com medo dele matã, porque ele ameaçava de morte se contasse pra alguém (...). Aí com medo de contar, também, ela foi conivente com isso, que eu acho um absurdo, também, porque num é possível que num tinha nenhum jeito delas comunicarem com alguém, fazer alguma coisa. As menina tudo bem que eram crianças, não sabiam nem como, mas ela adulta, num fazê nada, nê?".⁶⁸

Mais do que a classe social de cada um, pesa no que tange à violência a força de preconceitos culturais largamente difundidos por toda a sociedade. Espera-se dos homens demonstrações de coragem, potência, agressividade, dominação. Das mulheres, fragilidade, passividade, dependência. Nasce daí, nos primeiros, uma idéia de poder que, quando frustrada, dá lugar aos mais diversos tipos de reação violenta, justificados por "razões de ordem moral".

Exemplo significativo ocorre na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1979, quando, conforme relata GABEIRA, mulheres são assassinadas por seus maridos, por não lhes obedecerem, trabalharem fora, ou por traição; e eles são absolvidos em júris populares, alegando seus advogados, que as mortes

68. Idem.

praticadas são em legítima defesa da honra. O autor conclui, então, que as mulheres, ao serem incorporadas na força de trabalho, forçam, mesmo que involuntariamente, uma relação diferente em casa, embora isso não signifique a sua libertação. Mas elas apresentam, neste momento - para os homens mineiros que matam - uma nova situação. Eles não estão mais diante de mulheres totalmente submissas que os respeitam incondicionalmente como sendo sua propriedade privada. Mas, diante de uma rebelde em potencial, de uma pessoa que pode postular a condição de igualdade e questionar a autoridade do marido. E isso eles não podem suportar. Assim, "realizam seu amor" praticando a morte, percebendo que não podem conviver com uma mulher viva e autônoma. Só matando têm a mulher completamente obediente.⁶⁹

Não se trata de exigir demagogicamente soluções imediatistas e, muito menos, baseadas apenas em ações do Estado. Não se pode dizer que vítimas morrem fundamentalmente por ineficiência policial, mas também pela exigência de padrões de comportamento que permanecem intocados, embora não sejam intocáveis. Se a violência (nos homens) e o medo da violência (nas mulheres) resultam de aprendizado cultural, então são passíveis de transformação. É necessária, portanto, a transformação dos diversos fatores que contribuem para essa violência específica contra as mulheres: a real condição de discriminação social, econômica e política da mulher, que não goza dos mesmos direitos que o homem; o padrão machista de relações entre os sexos, segundo o qual a mulher aparece como "naturalmente" destinada a obedecer e a agradar ao homem; a educação diferenciada através da qual

69. Conforme:

GABEIRA, Fernando. "Machismo". In: VÁRIOS Autores. MACHO, MASCULINO, HOMEM - A sexualidade, o Machismo e a Crise de Identidade do Homem Brasileiro. 4 ed., São Paulo: LP&M, 1986. p.12.

são formados seres para dominar (os homens) e seres para serem dominados (as mulheres).

Nesse aspecto, as reivindicações dos movimentos de mulheres vão no sentido de uma ampliação do atendimento especial às mulheres vítimas de violência ao mesmo tempo em que exigem uma melhoria na qualidade desse atendimento. É nesse sentido que há a reivindicação da criação de delegacias especiais de atendimento à mulher, da presença de assistentes sociais em todas as delegacias e da criação de "casas de abrigo temporário", com possibilidade de profissionalização.

É preciso ressaltar, então, que as péssimas condições de vida - precária urbanização dos bairros de periferia, alto custo de vida, desemprego - em que vive a classe trabalhadora fazem aumentar as possibilidades da ocorrência de atitudes violentas entre os casais e contra a mulher em geral.

. DELEGACIA DE MULHERES: AVANÇOS E RETROCESSOS

A década de 80 é marcada por grandes movimentações femininas. A primeira delegacia de mulheres surge em São Paulo em 1980, fruto de discussões e reivindicações das mulheres. A partir daí são criadas delegacias de mulheres na maioria das capitais se expandindo para os centros menores, geralmente funcionando como sedes regionais.

A "Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher" de Uberlândia é fundada em julho de 1988, funcionando precariamente, abrindo somente nos dias úteis, no horário comercial e fechando para almoço. A Delegacia é constituída hoje por quatro detetives, uma escrivã e uma delegada. Antes da delegada assumir o cargo, onde está há dois anos, desde 1990, o delegado era um homem. E mesmo hoje, quando a delegada tira férias quem a substitui é um delegado.

Segundo a vereadora NILZA ALVES⁷⁰ a Delegacia da Mulher foi uma conquista dos movimentos femininos juntamente com a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social e no início , além de não contar com titular especializada, dividia o espaço com outras seções da Delegacia Regional de Segurança Pública , até posteriormenteo movimento de mulheres local consegue a sua transferência para um local maior e mais adequado ao atendimento das mulheres.*

Em entrevista com a delegada da "Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher", Dra. ADRIANA⁷¹, pudemos perceber

70. Entrevista realizada no dia 09/04/1991 em Uberlândia com NILZA ALVES DE OLIVEIRA, vereadora pelo Partido Popular Socialista(PPS) e participante do movimento de mulheres em Uberlândia.

* Recentemente, no mês de setembro de 1992, a Delegacia da Mulher voltou a dividir espaço com a Delegacia Regional de Segurança Pública, dificultando o atendimento adequado aos que a procuram.

71. Entrevista realizada no dia 22/03/1991 em Uberlândia com ADRIANA COUTO LADEIRA, delegada da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher de Uberlândia, desde 1990.

o cotidiano da delegacia e fazer algumas considerações acerca dos trabalhos desenvolvidos por ela.

Nesse sentido, o atendimento, em geral, se dá em meio às classes baixas e médias baixas, cujas rendas familiares giram em torno de até 2 (dois) salários mínimos. A classe alta parece não querer se expor, afinal ela tem um "status" a preservar.

De acordo com a delegada, são casos frequentes os espancamentos entre casais, havendo, muitas vezes, lesões corporais mais graves como lesões faciais. Normalmente os casos de lesões corporais leves, ou a ausência de lesões, não possuem materialidade suficiente para que se forme um processo criminal.

De acordo com Lara

"aqui em Uberlândia tá muito difundida a Delegacia de Mulheres, todo mundo fala: 'ah, apanhei do marido, vou lá reclamar'. Outro dia chegou uma mulher lá que o marido tinha queimado ela todinha de ferro, tinha batido no filho, batido nela." ⁷²

O inquérito constitui a peça administrativa para apuração e investigação dos fatos, onde se reúnem provas do provável crime. As provas são, então, analisadas pelo promotor de justiça e se este se convencer da materialidade do crime forma-se um processo criminal com procedência para julgar o criminoso (indiciado) que se torna réu.

A Dra. ADRIANA considera que as mulheres em geral (as vítimas) tomam iniciativas de denunciar os crimes, pedindo auxílio e tomada de providências à delegada, e em alguns casos são os filhos que denunciam os conflitos e problemas existentes entre seus pais.

Há, também, de acordo com a delegada uma série de atritos verbais entre os casais, mas estes não constituem crime,

. Entrevista realizada no dia 19/10/1992 com LARA C. DIAS, mãe, esposa e trabalhadora em casa.

sendo, por isso, arquivados. Nos casos mais graves, aí sim, intimam-se o casal, para uma conversa, além de em alguns casos haver a necessidade de se ouvir também testemunhas.

No nosso entendimento a Delegacia de Mulheres em Uberlândia atua muito mais enquanto órgão de apaziguamento e harmonização - de forma quase "terapêutica" - dos conflitos existentes entre homens X mulheres, que como um órgão promotor de uma maior conscientização das mulheres, vislumbrando a transformação das relações de dominação e agressão entre, principalmente, os casais.

Percebemos na entrevista com a delegada, um discurso machista comum à maioria dos homens que acham que a mulher é a culpada quando é agredida e que às vezes os valores machistas e alguns mitos são inclusive reafirmados quando a delegada, por exemplo, afirma:

*"A mulher é neurótica; chora muito e luta pouco; a mulher realmente não está preparada para assumir suas conquistas; ela quer ser protegida, cuidada e sustentada."*⁷³

A delegada salienta ainda que os problemas apresentados existem e permeiam o cotidiano do pobre e não só da mulher, não vendo muito sentido, então, nos movimentos femininos. Assim enfatiza que não está ali

*"para apoiar a mulher, mas para punir o agressor da mulher."*⁷⁴

Elanão vê necessidade de contar com assistência social e psicológica ou com um corpo de detetives maior, já que, para ela, o trabalho da delegacia é como o das outras,

*"o de investigar o crime para que a verdade venha à tona. Independente de ser Delegacia da Mulher ou não, reafirma, esse é o trabalho de todo policial."*⁷⁵

73. Entrevista realizada no dia 22/03/1991 em Uberlândia com ADRIANA COUTO LADEIRA, delegada da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher de Uberlândia, desde 1990.

74. Idem.

75. Idem, ibidem.

Ora, para além da dominação classista dominantes X do minados, entendemos que a mulher possui uma história permeada pela discriminação de gênero. Há especificidades que se jogadas apenas para a luta geral podem perder sua dimensão real.

Se por um lado existem como ressalta Dra. ADRIANA,

*"as mulheres que se sentem vítimas no processo",*⁷⁶

há aquelas que lutam e reivindicam seus direitos e anseiam por mudanças nas suas relações sociais e interpessoais.

A delegada entende também que a licença-maternidade , considerada por muitos como um avanço das mulheres ao nível constitucional, é um "privilégio" para as mulheres já que esta licença causa enorme ônus às empresas.

Muitas vezes, a delegada, em suas "sessões terapêuticas" aconselha seus "clientes" a procurarem uma igreja crente para que possam assimilar tal doutrina, pois crê que

*"a religião é muito importante e pesa bastante na vida das pessoas".*⁷⁷

Assim,

*"os casais seriam mais firmes, menos violentos, mais conformados"*⁷⁸ e dóceis.

A delegacia abre em média seis inquéritos por mês , atendendo em torno de trinta mulheres por dia, predominando os casos de lesão corporal e vias de fato (agressão) e, em segundo lugar, os crimes contra a liberdade sexual (estupro e atentado violento ao pudor). E de cada dez ocorrências, oito são de lesão corporal. A polícia recebe em média de sessenta a setenta ocorrências por mês, sendo que grande parte dos casos não constituem crime, sendo arquivados.

76. Entrevista realizada no dia 22/03/1991 em Uberlândia com ADRIANA COUTO LADEIRA, delegada da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher de Uberlândia, desde 1990.

77. Idem.

78. Idem, ibidem.

Para termos uma noção mais precisa das ocorrências , vejamos o quadro a seguir:

QUADRO 3 - TIPOS E QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS NA DELEGACIA DE REPRESSÃO, A CRIMES CONTRA A MULHER - 1990 e 1991

PERÍODO TIPOS DE OCORRÊNCIAS	1990			1991		TOTAL DESSES MESES
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	
Nº TOTAL DE OCORRÊNCIAS	50	56	57	63	69	
AMEAÇA	09	14	14	17	16	70
LESÃO CORPORAL	12	06	10	02	02	32
ESTUPRO	02	03	-	02	02	09
VIAS DE FATO (AGRESSÃO)	16	23	24	23	08	94
ATO DE VIOLÊNCIA AO PUDOR	04	03	03	04	03	17
RAPTO CONSENSUAL	01	-	-	01	08	10
ATRITO VERBAL	04	06	05	13	29	57
ADULTÉRIO	02	01	01	01	01	06

FONTE: Dados fornecidos pela Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher de Uberlândia em fevereiro de 1991.

Os números nos evidenciam que a procura da delegacia pelas mulheres vai-se intensificando com o passar dos meses, o que nos dá o indício de que há uma relação cada vez maior entre as mulheres e a delegacia em termos de procura de ajuda e de denúncias. O que nos preocupa é como se efetiva essa relação e qual o caráter que ela assume quando da proposição da delegacia em resolver determinados problemas.

Podemos observar, também, que na medida em que se agrava mais a crise no país, acarretando à classe trabalhadora

uma situação de miséria, baixíssimos níveis salariais, desemprego, enfim péssimas condições de vida, maior é o índice de crimes e atos de violências contra a mulher.

Destaca o delegado da Delegacia de Homicídios local, RAFAEL DO AMARAL que a violência contra a mulher em Uberlândia relativa a tentativa de homicídios, maus-tratos, estupro, dentre outros atentados, acontece numa escala bastante avançada. Para ele, a causa maior da violência é o caos econômico e social em que vivem as pessoas, levando o ser humano para um caminho que normalmente ele não iria, a enveredar pela bebida e drogas, perdendo, muitas vezes, o prazer em viver. Essas pessoas chegam ao ponto de transformar simples discussões em motivos para bater e espancar a mulher.⁷⁹

Outra observação é a de que a delegada é concursada, não havendo nenhum processo de eleição, onde poderia haver uma relação mais íntima entre a delegada e as mulheres ou suas organizações, podendo a primeira realmente representar os anseios femininos.

De acordo com GLÁUCIA

*"há, de certo modo, um intercâmbio entre Delegacia e os movimentos de mulheres. Mas a delegacia tem um caráter assistencialista, desenvolvendo trabalhos apenas ao nível individual com as mulheres."*⁸⁰

Para MARIA DE FÁTIMA *"as vezes que nós do Sindicato procurou a Delegacia nós fomos mal recebidos (...). Com a Dra. Adriana eu não tive sucesso. Acho que ela é uma pessoa meio conservadora, meio machista (...). Acho que a gente teria que revê, fazê uma discussão com a sociedade, promovê um debate com ela pra en*

79. AMARAL, Rafael. "Mulheres Ainda Lutam por Maior Espaço e Menos Discriminação". In: JORNAL CORREIO DO TRIÂNGULO (Cidades), 08/03/1992. p.9.

80. Entrevista realizada no dia 01/06/1991 em Uberlândia, com GLÁUCIA DE FÁTIMA MATOS, militante petista e feminista.

volve ela nos problemas específicos das mulheres, porque é gritante, né? (...) Essa Delegacia aqui em Uberlândia não vem resolver os problemas específicos e sociais nossos. Acho que ela não tá cumprindo a função dela. A gente tem que revê, fazê uma discussão e colocá uma pessoa que represente a gente, porque tá muito a desejar. E nós sabemos que em alguns Estados, em alguns lugares, a Delegacia das Mulheres tem contribuído muito pra ajudá na questão das violências nossas . (...) Aqui em Uberlândia, a delegada num tem uma postura de defensora, deveria ter e defender..., ela não tem uma proposta de organização das mulheres para sair da depressão, da violência. (...) É uma mulher com cabeça de homem. Porque podia tá um homem lá se tivesse um compromisso (...).⁸¹

Algumas questões nos preocupam com relação à delegacia e à forma como ela se estrutura e funciona. Questionamos em que medida os problemas a ela apresentados são solucionados. Ao nível do imediato? Qual o tipo de avanço que este tipo de órgão propõe para as mulheres em busca de sua emancipação? A delegacia cumpre um papel social enquanto agente de transformação? Será que apenas cumprindo a formalidade de se funcionar uma delegacia, sem estrutura e pessoal adequado comprometido com a libertação feminina é o melhor caminho?

SOLEDAD SPYER, por exemplo, discorda de uma série de posturas assumidas pela delegacia e acredita que

"não adianta ter a delegacia ou outros órgãos sem que haja infraestrutura para o seu funcionamento e projetos de conscientização."⁸²

Não estaria a delegacia de mulheres sendo, em muitos momentos, uma instituição disciplinadora e de repressão às pos-

81. Entrevista realizada no dia 20/10/1992 com MARIA DE FÁTIMA LUCENA, militante do PT, ex-presidente e atual diretora do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Uberlândia.

82. Entrevista realizada no dia 10/05/1991 em Uberlândia com SOLEDAD REQUENA DE SPYER da Seção de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher/Secretaria de Trabalho e Ação Social/Prefeitura Municipal de Uberlândia.

síveis formas de resistência e de luta das mulheres frente à opressão a que são submetidas? Talvez, um dispositivo que amenize tais conflitos e lutas, pois os problemas não são, assim nos parece, colocados como sendo de cunho sociais, requerendo atitudes políticas de conscientização para a solução deles. Ao contrário, a postura que a delegacia assume é a de trabalhar com as mulheres e homens, os casais que a procuram, no sentido de integrá-los à sociedade da forma mais harmônica possível, já que eles estão "perturbando a ordem".

Inexiste na delegacia algum tipo de atividade que busque esclarecer as mulheres dos seus direitos, tampouco do porquê as situações e atos de violência como espancamentos, estupro, dentre outros, ocorrem. Não há um vínculo entre o caso particular de cada mulher e o sistema em que vivemos. Talvez, por isso, na maior parte das vezes as resoluções dos problemas atendidos são de caráter imediatista e assistencialista. É a própria delegada quem coloca que muitas vezes há a conversa com um casal num dia e eles aparecem no outro com o mesmo problema.

Uma das propostas de alguns movimentos femininos, visando resolver questões emergenciais no que diz respeito às violências contra a mulher, é a criação de albergues, com pessoal especializado de várias áreas, onde as mulheres pudessem se recuperar juntamente com seus filhos. Esta experiência já ocorre em São Paulo que conta com um albergue para o atendimento, infelizmente, em torno de apenas quinze mulheres.

A delegacia deveria e pode ser um espaço de proteção das mulheres, onde haja um bom atendimento ao invés de um trabalho violento que introjeta culpa na mulher que procura seus serviços por ter sido agredida. As pessoas que nela trabalham devem ainda ter conhecimento dos problemas sociais que envolvem

as mulheres e passar pelo crivo desses problemas.

Na opinião da feminista MARIA TERESA AUGUSTI, a violência contra o sexo feminino tem raízes no modelo de sociedade em que vivemos, no qual cabe às mulheres a condição de "submissas e oprimidas pelo homem. A sociedade patriarcal discrimina a mulher e pratica contra ela a violência física e psicológica , impedindo que ela exerça profissões e seus direitos enquanto cidadã. Isso ocorre principalmente pela manifestação cultural machista que define que a mulher é "boazinha" e "frágil" e depende do macho para sobreviver, enquanto o homem desde pequeno é ensinado a ser o opressor e dominador.⁸³

A criação das delegacias de defesa da mulher, apesar de não conseguir acabar com a agressão, desempenha o importante papel de colocar a violência contra a mulher no cenário público. A violência no espaço doméstico, que ficava restrita às paredes de um quarto, agora pode ser levada ao conhecimento público dessa própria sociedade opressora. Isso ocorre num lugar que presumidamente haveria amor, que é na relação do casal. São atitudes ultrapassadas, usadas para intimidar e dominar a mulher, que não condizem com o modelo de sociedade evoluída e democrática , pretendida por tantos homens e mulheres. Faz-se necessário resgatar a dignidade da metade do Brasil - o Brasil-Mulher. Por isso, tantas mulheres pedem pela indignação de todos, homens e mulheres contra a situação de opressão e violência em que vivem.

83. AUGUSTI, Maria Teresa. "Feminista Diz Que Marido é Quem Mais Agride". In: JORNAL O POPULAR. Goiânia, 06/12/1991. p.6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"...É preciso ter garra
É preciso ter força
É preciso ter raça sempre.
Uma mulher que merece viver
como outra qualquer do planeta...
(Milton Nascimento e Fernando Brant)

Parece-nos fundamental a interação entre a luta das mulheres, o feminismo e as teses democráticas, mais que isso, a sua identidade com o exercício pleno da democracia.

O problema da opressão feminina - a desigualdade dentro da desigualdade - é de corte fundamentalmente ideológico e não se resolve apenas com a queda de regimes capitalistas, regimes autoritários ou com as revoluções. Da mesma forma, nos países com regimes mais estáveis e democráticos, onde se exerce a cidadania, a discriminação feminina persiste e só vem diminuindo por pressão da luta das mulheres. A solução dos problemas está vinculada ao próprio futuro das estruturas sociais e políticas, de exercício do poder, e à homogeneização da sociedade, com igualdade entre todos os cidadãos e cidadãs, mantidas e respeitadas as diferenças (não desigualdades) e individualidades.

Para compreender a situação das mulheres na sociedade capitalista é necessário desvendar as relações sociais de produção e reprodução; entre trabalho assalariado e trabalho doméstico; entre o reino do público e do privado; entre a divisão sexual do trabalho e a relação de classe. Não basta apenas transformar o Estado, é preciso mudar também as relações pessoais e as idéias.

Torna-se necessário perceber que o capitalismo aliado ao patriarcalismo se apropria e utiliza da subordinação feminina, mas que esta opressão não nasceu com esse sistema e nem se esgota com ele.

Nesse contexto, o pessoal também é político, sendo necessário descompartmentalizar os problemas de ordem privada, para transformá-los em questões públicas e coletivas.

Assim, parece imprescindível àqueles comprometidos com a construção de uma nova sociedade mudar a forma de organizar essa sociedade e de pensar, revendo as teorias, e fazendo descortinar um novo modo de relacionamento entre os cidadãos com uma visão revolucionária e libertária.

Enquanto pesquisadora que se insere num contexto social mais amplo, nos permitimos observar que as vitórias femininas foram muitas, mas não devemos na década de 90 sermos muito otimistas. Faz-se necessário voltar os olhos para o passado, revendo o percurso no afã de acertar os passos para o futuro, onde há muitos desafios por vencer. Há ainda, muito por que lutar registrando os ganhos nas leis, mas acima de tudo concretizando os na prática e relações cotidianas.

Cabe àqueles que primam por transformar a família e acabar com a exploração de todos os seres humanos perceber que a unidade - dentro da diversidade - entre homens e mulheres ocorre na medida, também, em que há um reconhecimento claro e franco de como o capitalismo tem nos dividido.

Este trabalho não aborda "a mulher", ou o "movimento feminino" uberlandense, mas "as mulheres" e "os movimentos" que compõem o cenário da cidade. Observamos, através das pesquisas que não existe uniformidade de pensamento, tampouco que as prá-

ticas organizativas ou cotidianas das mulheres sejam homogêneas.

Algumas mulheres se organizam em entidades nas quais se sentem representadas tais como Clubes de Mães, Núcleos de Estudo ou Movimentos Autônomos, mas tantas outras jamais ouviram falar dessas entidades, tampouco têm interesse ou condições concretas para participar delas. No interior desses movimentos observamos várias correntes de pensamentos e posturas políticas diferenciadas.

Quando da análise da mulher uberlandense na luta dos trabalhadores pudemos verificar a tamanha dificuldade que muitas militantes encontram por serem mulheres ao tratar das questões específicas junto ao movimento sindical e partidário. Apesar desses movimentos possuírem caráter popular e serem considerados mais progressistas, muitos trabalhadores revelam uma nítida contradição ao exporem um discurso transformador que condena as injustiças sociais e possuírem, em vários momentos, uma prática machista e conservadora que não comporta as lutas femininas. Muitas militantes têm procurado romper com a opressão de gênero mas tantas ainda nem reconhecem a opressão. As conquistas parecem vir gradativamente com fluxos e refluxos por parte dos envolvidos.

A pesquisa revela, também, que as sindicalistas enfrentam sérios obstáculos, principalmente as lideranças sindicais, na relação com a classe patronal. Muitos patrões e patroas estão condicionados a conceberem a mulher como incapaz de assumir cargos de chefia, por isso se recusam, pelo menos até que percebam a competência delas e que representam realmente a categoria, a negociar e discutir os problemas com elas.

Ao observarmos o cotidiano da mulher trabalhadora pobre verificamos que estamos ainda na barbárie do processo histórico em busca da libertação feminina. São milhares as mulheres que sequer conhecem seus direitos ou tenham atendidas suas

necessidades básicas para sobrevivência. Além, é claro, da nítida violência doméstica, sexual, profissional e ideológica por que passam cada uma delas no seu dia-a-dia.

Aquelas que a muito participam dos movimentos de mulheres crêem que somente através de uma forte mobilização por parte dos interessados em mudar esse quadro é que vai havendo conquistas significativas. Afinal, as mulheres, entendidas como sujeitos ativos, fazem sua própria história. Há a arbitrariedade de se acenar o sim no comodismo, deixando as coisas acontecerem à revelia, ou lutar contra a opressão e dominação que tem porporcionado tanto sofrimento a tantos homens e mulheres. O fato é que nenhuma situação está dada, uma nova sociedade não se constrói a partir de uma determinação histórica, mas de uma possibilidade histórica.

Na avaliação de muitas mulheres passa-se por um momento de reflexão, onde os movimentos femininos recuam para uma reavaliação e possível fortalecimento de suas lutas e propostas. Ou seja, não há imobilismo e apesar das crises o sonho dos movimentos é permanecer vivos e atuantes, dando continuidade ao processo de luta feminina contra qualquer tipo de opressão imposta às mulheres.

Quando as mulheres se põem em luta contra sua opressão específica, indo às bases da dominação, isto é, compreendendo o papel que esta opressão cumpre na manutenção da exploração de uma classe por outra, estão trilhando um caminho revolucionário, atingindo alguns dos pilares de sustentação do capitalismo. Estão lutando contra sua super-exploração enquanto um setor particular dos trabalhadores assalariados, ainda mais explorados do que os homens. Estão lutando contra as diferentes formas de opressão que buscam legitimar privilégios e estruturas de poder autoritário. Estão lutando contra formas de relação pessoal e familiar que reproduzem as estruturas de dominação da sociedade capitalista. Estão se organizando em uma dinâmica de classes. E estão participando da construção concreta de um projeto novo de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO E FONTES DE PESQUISA

LIVROS

- . ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. *O QUE É FEMINISMO*. Col. Primeiros Passos. 4 ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.
- . AUGRAS, Monique. *O QUE É TABU*. Col. Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1989.
- . BARROSO, Carmem. *MULHER, SOCIEDADE E ESTADO NO BRASIL*. UNICEF/São Paulo: Brasiliense, 1982.
- . BEAUVOIR, Simone de. *O SEGUNDO SEXO. A Experiência Vivida*. 5 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Vol.I e II.
- . BENJAMIN, Walter. *MAGIA E TÉCNICA, ARTE E POLÍTICA. Obras Escolhidas*. (Trad. Sergio Paulo Rouanet). 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- . BRANCO, Lúcia Castello. *O QUE É EROTISMO*. Col. Primeiros Passos. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- . BRESCIANI, Maria Stella. "O Anjo da Casa". DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA IFCH/UNICAMP. 1991.
- . CARNEIRO, Suely; SANTOS, Thereza & COSTA, Albertina G. de Oliveira. *MULHER NEGRA - Política Governamental e a Mulher*. São Paulo: Nobel, CECF, 1985.
- . CAVENACCI, Massimo (org.) *DIALÉTICA DA FAMÍLIA - Gênese, Estrutura e Dinâmica de uma instituição repressiva por: Engels, Freud, Reich, Marcuse, Fromm, Levi-Strauss, Adorno, Horkheimer, Habermas, Laing e outros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- . CHAUI, Marilena. *REPRESSÃO SEXUAL - Essa Nossa (Des) conhecida*. 9 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.
- . _____. *CONFÓRMISMO E RESISTÊNCIA - Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

- . _____. *CULTURA E DEMOCRACIA - O Discurso Competente e Outras falas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- . COHN-BENDIT, Dany. "A Democracia". IN: *NÓS QUE AMÁVAMOS TANTO A REVOLUÇÃO*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- . ENGELS, Friedrich. *A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- . FLAX, Jane. "Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminina. In: *PÓS-MODERNISMO E POLÍTICA*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- . FOUCAULT, Michel. *MICROFÍSICA DO PODER*. (Org. e Trad. de Roberto Machado). 8 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- . _____. *HISTÓRIA DA SEXUALIDADE. A Vontade de Saber. Vol I*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- . GABEIRA, Fernando. *SINAIS DE VIDA NO PLANETA MINAS*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- . LOBO, Elisabeth de Souza. "Os Usos do Gênero". In: *SEMINÁRIO SOBRE RELAÇÕES DE SEXO/RELAÇÕES DE GÊNERO/USP*. Departamento de Sociologia, São Paulo, 1987.
- . MARX, Karl. "Cap. XIII". In: *O CAPITAL*. 10 ed., São Paulo: Difel, 1985, livro I, v.1.
- . MARX, Karl & ENGELS, F. *A IDEOLOGIA ALEMÃ (Feuerbach)*. 4 ed., São Paulo: HUCITEC, 1984.
- . MARX; ENGELS & LENIN. *SOBRE A MULHER*. Col. Bases. 2 ed., São Paulo, 1980.
- . MURARO, Rose Marie. *SEXUALIDADE DA MULHER BRASILEIRA: Corpo e Classe Social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- . _____. *LIBERTAÇÃO SEXUAL DA MULHER NO BRASIL*. 1983.
- . _____. *A MULHER NA CONSTRUÇÃO DO MUNDO FUTURO*. 1986.
- . _____. *SEIS MESES EM QUE FUI HOMEM*.
- . _____. *A MULHER NO TERCEIRO MILÊNIO*. 1992.

- . 26 MULHER HOJE. Número Especial. Col. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1980.
- . PERROT, Michèle. "Mulheres". In: OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA - Operários, Mulheres, Prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. pp. 167-231.
- . PAOLI, Maria Célia. "As Ciências Sociais e a Questão do Gênero no Contexto da Cultura Contemporânea". In: ANPOCS - 14º ENCONTRO ANUAL. 1990.
- . . "Trabalho de Mulher Não Tem Fim - Cap. 5" In: A CONSCIENTIZAÇÃO DA MULHER NO MUNDO DO HOMEM. Ed. Globo.
- . SADER, Eder. QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRARAM EM CENA. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- . SAMARA, Eni de Mesquita. A MULHER, O PODER E A FAMÍLIA. São Paulo: Marco Zero/Sec. Est. da Cultura de São Paulo, 1989.
- . SILVA, Luis Antônio Machado da. "Gênero: Um Tema e/ou Um Conceito?" (IFCS/UFRJ e IUPERJ). In: XIV REUNIÃO ANUAL - ANPOCS. Caxambú, out. 1990.
- . THOMPSON, E.P. A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. Vol. I e II.
- . _____. A MISÉRIA DA TEORIA - Um Planetário de Erros (crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- . TRONCA, Ítalo A. (org.). FOUCAULT VIVO. Crítica. São Paulo: Pontes, 1987.
- . TROTSKI, Leon. ESCRITOS SOBRE LA CUESTIÓN FEMININA. Caderno Anagrama, Barcelona, 1977.
- . SOUZA, Vera Lúcia Puga. ENTRE O BEM E O MAL (Educação e Sexualidade - Anos 60 - Triângulo Mineiro). Dissertação de Mestrado/USP , 1991. Mimeo.
- . VÁRIOS Autores. FEMINISMO E CULTURA. Impressões. Rio de Janeiro: Rede de Artes e Literatura Feminista, dez. nº10, 1987.

- . VÁRIOS Autores. MACHO, MASCULINO, HOMEM - A sexualidade, o Machismo e a Crise de Identidade do Homem Brasileiro. 4 ed., S.P.:LM,1986.
- . VÁRIOS Autores. SEXUALIDADES OCIDENTAIS. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

REVISTAS

- . ALVES, Branca Moreira. "Feminismo 29 Anos Depois". In: REVISTA CLÁUDIA, out.1990. p.48.
- . CHAUFÍ, Marilena. "Mãe, Mulher ou Pessoa". In: REVISTA LUA NOVA. Brasiliense, v.1, nº1, abril/junho, 1984.
- . "Camuflagem e Transparência - As Mulheres no Sindicalismo" . In: REVISTA DA CUT. Comissão Nacional Sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNQMT)/Sec. de Política Sindical e da Sec. de Imprensa e Divulgação da CUT, 1991.
- . "A Mulher Brasileira no Século XX. 90 Anos de Vitórias (e ainda há muito por que lutar)". In: REVISTA CLÁUDIA, nº11 , Ano 29, nov.1989.pp.44-61.
- . HAUPT, Georges. "Porque a História do Movimento Operário ? " In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo, v.5, nº10 , pp.208-31, mar./ago., 1985.
- . LISBOA, Marijane. "A arte da sedução"; CORREIA, Marisa. "Bolerero de Machão Só se Canta na Prisão"; CORREIA, Rosemary. "As Mulheres se Defendem". In: REVISTA LUA NOVA. Brasilien- se, v.2, nº4, jan./mar., 1986.
- . MELUCCI, Alberto. "Um Objetivo para os Movimentos Sociais?". In: REVISTAS DE CULTURA E POLÍTICA LUA NOVA., nº17, jun.1989 , São Paulo.
- . MULHER BRASILEIRA: A CAMINHO DA LIBERTAÇÃO. Escrita. Ensaio, AnoIII, nº5, São Paulo, 1979.
- . MOVIMENTO POPULAR SAÚDE - MULHER. *Construindo um Movimento de Saúde: a experiência de Itapecerica da Serra. As mulheres na construção do movimento: suas descobertas, suas conquistas. Relato de uma experiên- cia.* SOF, 1989.
- . NUN, José. "A Rebelião do Coro". (Trad. Antônio C.M. Guima- rães). In: REVISTA DESVIOS, nº2, São Paulo, ago. 1983.

- . PAOLI, Maria Célia. "As Ciências Sociais, Os Movimentos Sociais e a Questão do Gênero". In: REVISTA CEBRAP, nº3, out. 1991. pp.107-20
- . RAGO, Margareth. "Amores Ilícitos na Paris de Émile Zola" . In: HISTÓRIA & PERSPECTIVAS, nº1, jul./dez. 1988. Uberlândia, v.1.
- . TESES: A CONSTRUÇÃO DO PT COMO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO/O MOVIMENTO DE MULHERES NO BRASIL. Cadernos: Democracia Socialista. São Paulo: Ed. Aparte, 1988.
- . "Uberlândia(M.G.)- Sua Vida e Seus Costumes. Interior - Um Brasil Longe da Crise" (Capa); "Crise à Distância" (reportagem). In: REVISTA VEJA, nº1002, 18 de nov. 1987. pp.67-73.
- . VERUCCI, Florisa. "Década por Década, o Que Mudou na Lei" . In: REVISTA CLÁUDIA, out. 1990. p.53.

JORNAIS

- . SANT'ANNA, Affonso Romano de. "A Mulher Madura". In: JORNAL DO BRASIL. (Caderno B), 15 de set., 1985.
- . "Jornada Discute Condição da Mulher". In: CORREIO DE UBERLÂNDIA. 21 de fevereiro, 1989.
- . "Aberta a Jornada dos Direitos da Mulher". In: O TRIÂNGULO. 24 de fev., 1989.
- . GOMIDE, Alberto. "Sociedade". In: CORREIO DE UBERLÂNDIA. 8 de mar., 1989.
- . "Dia Internacional da Mulher Terá Ampla Programação em Uberlândia"; "8 de Março - Dia Internacional da Mulher". In: CORREIO DE UBERLÂNDIA. 8 de mar., 1989.
- . "Programação da Semana da Mulher Tem Continuidade em Defesa de Suas Lutas". In: CORREIO DE UBERLÂNDIA. 11 de mar., 1989.
- . BLAY, Eva Alterman. "Mulher e Política". In: FOLHA DE SÃO PAULO, 23 de set., 1990.
- . "Transexualismo é um Problema de Convicção" (El País). In: FOLHA DE SÃO PAULO, 23 de set., 1990.
- . "Apenas 18% Estão Filiados a Sindicatos e Associações (pessoas de 18 anos ou mais de idade ocupadas, por filiação a sindicato e associação de empregados, segundo o sexo e o setor de atividade - 1988)". In: FOLHA DE SÃO PAULO (Economia), 24 de set., 1990.
- . "Americano Sabe Pouco Sobre Sexo, Revela Pesquisa". In: FOLHA DE SÃO PAULO, 24 de set., 1990.
- . "Indústrias de Tampões é Revolução na URSS" (do Financial Times). In: FOLHA DE SÃO PAULO, 7 de nov., 1990.
- . "Pesquisa Traça Perfil Escolar das Mulheres". In: FOLHA DE SÃO PAULO (Educação), 8 de nov., 1990.

- . GANDÉRIO, Antônio. "Uma a Cada Quatro Meninas Sofre Violência Sexual na Alemanha". In: FOLHA DE SÃO PAULO, 6 de dez., 1990.
- . "O Feminismo Abre As Pernas" (capa); "Mulheres à Beira de Um Outro Feminismo"; "Mulher Barra Seu Próprio Avanço"; "Fogo de Paglia"; "A Psicanalista que Iludiu Freud"; "Uma Cinderela sem Complexo" (reportagens). In: FOLHA DE SÃO PAULO, (Especial para o Dia Internacional da Mulher), 8 de mar., 1991.
- . BLACHER, Nelson. "Mulher Ganha Mais Espaço na Liderança - 'Machismo' Cede nos Setores Avançados". In: FOLHA DE SÃO PAULO, (empregos), 26 de mai., 1991. p.9.
- . AUGUSTI, Maria Teresa. "Feminismo Diz que Marido é Quem Mais Agride". In: O POPULAR, Goiânia, 06 de dez., 1991. p.6.
- . "Angélica, aos 18, Quer Casar Virgem". In: FOLHA DE SÃO PAULO (Folhateen), 10 de fev., de 1992.
- . AMARAL, Rafael. "Mulheres Ainda Lutam por Maior Espaço e Menos Discriminação". In: CORREIO DO TRIÂNGULO (Cidades), 8 de mar., 1992. p.9.
- . MARIA, Anna. "O Comportamento da Mulher Moderna". In: ESTADO DE MINAS, 25 de jul., 1992. p.8.
- . "Crise Leva Mulheres a Mudança de Hábitos". In: CORREIO DO TRIÂNGULO, 11 de out., 1992. p.11.

BOTETINS, PROJETOS E PANFLETOS

- . "A MULHER EM UMA FELIZCIDADE" . Comitê de Mulheres do Movimento FelizCidade (coligação PT, PPS e PC do B nas eleições municipais de 1992). 18 de set., 1992.
- . "BASTA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES". Coordenação do Movimento de Mulheres da Leste II. São Paulo, 1990.
- . CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria. PROJETO DI REITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA. Ano I, nº1, Brasília-DF. , mai., 1992.
- . CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria. PROJETO DI REITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA. Ano I, nº2, Brasília-DF. , jul., 1992.
- . Comissão Estadual de Mulheres do PT/SP. PROPOSTAS DE EMENDAS DAS MULHERES PARA O 1º CONGRESSO DO PT - No Mínimo 30% de Mulheres na Direção. Nov., 1991.
- . Comissão Estadual de Mulheres do PT/SP. PARTIDO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS. 1991.
- . IIIº ENCONTRO DE MILITANTES PETISTAS DO MOVIMENTO DE MULHERES. Emenda Sobre a Participação das Mulheres nas Instâncias de Direção. Ibirité/MG., 1991.
- . "Experiências, Opiniões e Propostas de Participação Popular". In: E AGORA? Publicação da FASE-SP., CPV, SOF e PÓLIS , nº4, nov., 1990.
- . "JORNADA SOBRE AS CONQUISTAS DA MULHER NA CONSTITUINTE". Prefeitura Municipal de Uberlândia/Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social/Divisão do Trabalho e Organização Popular/Seção de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher. Mar., 1989.
- . "MULHER, TRABALHADORA E DONA DO SEU CORPO". Gabinete do Vereador Ítalo Cardoso do PT. Câmara Municipal de São Paulo, 1991.

- . "MULHERES: NOSSAS VIDAS, NOSSAS LUTAS". SOF, São Paulo, S/D.
- . MULHER: DA OPRESSÃO À ORGANIZAÇÃO. *Uma História de Luta Contra o Preconceito e a Discriminação*. Programa de Defesa dos Direitos da Mulher da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social. Gestão Zaire Rezende. S/D.
- . NOSSOS CORPOS, NOSSAS VIDAS. 8 de Março Dia Internacional da Mulher. SOF, 1991.
- . NEGRÃO, Esmeraldo Vailati & AMADO, Tina. A IMAGEM DA MULHER NO LIVRO DIDÁTICO: ESTADO DA ARTE. Deptº de Pesquisas Educacionais, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, jun., 1989.
- . SOARES, Vera. O QUE TODO PETISTA DEVERIA SABER SOBRE O FEMINISMO. São Paulo, 1992.
- . SOF - Sempre Viva Organização e Formação. MULHER NEGRA. São Paulo, 1991.
- . POR UMA REVOLUÇÃO TAMBÉM NO COTIDIANO - PT E FEMINISMO (8 de Março Dia Internacional da Mulher). São Paulo, 1992.
- . Sub-Secretaria Nacional de Mulheres do PT. PROPOSTA PARA O REGIMENTO INTERNO. O CONGRESSO DO PT E AS MULHERES. "AGORA, EU SOU UMA ESTRELA"... Mai., 1991.
- . Sub-Secretaria Nacional de Mulheres do PT. PROPOSTAS DAS MULHERES PARA O 1º CONGRESSO: CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA. "AGORA, EU SOU UMA ESTRELA"... Ibirité-MG., 1991.
- . VERUCCI, Florisa & PIMENTEL, Silvia (PMDB). ESBOÇO DO NOVO ESTATUTO CIVIL DA MULHER. Projeto de Lei no Congresso Nacional. 1980.
- . COMISSÃO PREPARATÓRIA DO III ENCONTRO NACIONAL DE MILITANTES PETISTAS DO MOVIMENTO DE MULHERES. Vitória, 1988.

FONTES DOCUMENTAIS

ESCRITAS

- . Alguns inquéritos, processos e dados estatísticos sobre ocorrências da DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER de Uberlândia, fundada em 1988.
- . Documentação produzida pela ASSOCIAÇÃO DE MULHERES de Uberlândia, fundada em 1988 e pelas Associações de Mulheres de alguns bairros locais.
- . Documentação produzida por alguns CLUBES DE MÃES de Uberlândia, existentes a partir da década de 70.
- . Documentação produzida pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES-PT, criado em 1980 em Uberlândia, em particular, documentos produzidos pelas mulheres petistas da cidade.
- . Documentação produzida pelo PARTIDO POPULAR SOCIALISTA-PPS, antigo Partido Comunista Brasileiro-PCB, em particular, documentos produzidos pelas mulheres do partido em Uberlândia.
- . Documentação produzida pela SEÇÃO DE APOIO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER da Prefeitura Municipal de Uberlândia, criada em 1986.
- . Documentação produzida por diversos MOVIMENTOS POPULARES E SINDICAIS de Uberlândia (principalmente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Uberlândia) e do Brasil.
- . REPORTAGENS DE JORNAIS E REVISTAS sobre o tema, ao nível local, regional e nacional.
- . BOLETINS, PANFLETOS, PROJETOS, TESES sobre o tema, a nível local, regional e nacional.
- . Documentação produzida pelo GRUPO DE MULHERES DO MOVIMENTO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA de Uberlândia.

- . Documentação produzida pelo NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO E PESQUISAS SOBRE A MULHER da Universidade Federal de Uberlândia , criado em 1992.

ORAIS

- . Entrevista realizada no dia 22/03/1991 em Uberlândia, com ADRIANA COUTO LADEIRA, formada em Direito e delegada da Delegacia de Repressão a Crimes Contra a Mulher desde 1990.
- . Entrevista realizada no dia 09/04/1991 em Uberlândia, com NILZA ALVES, vereadora pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), atual Partido Popular Socialista (PPS) e participante do movimento de mulheres em Uberlândia.
- . Entrevista realizada no dia 10/05/1991 em Uberlândia com SOLEDAD REQUENHA SPYER, peruana, psicóloga que trabalha na Seção de Apoio e Defesa dos Direitos da Mulher da Secretaria de Trabalho e Ação Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia.
- . Entrevista realizada no dia 11/05/1991 em Uberlândia com D. OLÍVIA CALÁBRIA, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atual Partido Popular Socialista (PPS) e ex-militante da União Feminina das décadas de 40 e 50.
- . Entrevista realizada no dia 01/06/1991 em Uberlândia com GLÁUCIA DE FÁTIMA MATOS, militante petista e feminista em Uberlândia e São Paulo.
- . Gravação das palestras e oficinas do XI ENCONTRO NACIONAL FEMINISTA, realizado do dia 12 a 15 de setembro de 1991 em Caldas das Novas-GO.
- . Entrevista realizada no dia 23/09/1992 em Uberlândia com ANA ANGÉLICA OLIVEIRA, assistente social do Programa Nacional de Voluntariados (PRONAV).
- . Entrevista realizada no dia 25/09/1992 em Uberlândia com GERCINA SANTANA NOVAIS, militante petista e participante do movimento autônomo de mulheres em Uberlândia.
- . Entrevista realizada no dia 26/09/1992 em Uberlândia com VALDENICE MARIA DOS SANTOS "Deise", do Grupo de Mulheres do Movimento União e Consciência Negra.

- . Entrevista realizada no dia 28/09/1992 com SALVADOR FRAGOLA NETO, militante petista e estudante de História na UFU.
- . Entrevista realizada no dia 19/10/1992 com LARA C. DIAS , mãe, esposa e trabalhadora em casa.
- . Entrevista realizada no dia 20/10/1992 com MARIA DE FÁTIMA LUCENA, militante do PT, ex-presidente e atual diretora do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Uberlândia.
- . Entrevista realizada no dia 21/10/1992 com ILIZAMAR FERNANDES PRADO DA COSTA, repórter fotográfico e única mulher eleita em 1992 à Câmara Municipal dos Vereadores em Uberlândia.
- . Entrevista realizada no dia 23/10/1992 com ECIMAR C. CUNHA SOARES, trabalha fora como "empregada doméstica" e em casa.